

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS  
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO  
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

**Reunião n.º 10**

(Sem revisão final)

23 de janeiro de 2019

(17 h 20 m – 20 h 58 m)

**Ordem do dia:**

Audição do Coronel de Engenharia João Paulo de Almeida

**Presidente da Comissão:** Filipe Neto Brandão

**Deputados:**

Ricardo Bexiga (PS)

João Vasconcelos (BE)

António Carlos Monteiro (CDS-PP)

Jorge Machado (PCP)

Carlos Abreu Amorim (PSD)

Berta Cabral (PSD)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos dar início à nossa reunião.

*Eram 17 horas e 20 minutos.*

O atraso no início dos trabalhos, que contou com a anuência de todos, deveu-se à intervenção em Plenário dos Srs. Deputados do Partido Comunista Português e do Bloco de Esquerda.

Gostaria de vos dar nota de que, com base na metodologia acordada na última reunião de Mesa e Coordenadores, aquando da indicação de depoentes por vários grupos parlamentares, a inquirição se iniciará rotativamente.

Assim sendo, e porque o PSD já iniciou uma inquirição, hoje cabe ao Grupo Parlamentar do PS, sendo a próxima iniciada pelo Bloco de Esquerda.

Srs. Deputados, Sr. Coronel João Paulo de Almeida, vamos dar início à audição, sendo que, nesta primeira ronda, cada grupo parlamentar disporá de até 8 minutos para colocar as suas questões a que o Sr. Coronel responderá diretamente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Bexiga, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Coronel, bem-vindo a esta Comissão. Gostaria de, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, agradecer a sua presença e os esclarecimentos que nos vai dar e que, por certo, vão ser muito importantes, na medida em que tanto o material em causa, desaparecido, como o pessoal de serviço aos Paíóis Nacionais de Tancos, à data destes acontecimentos, eram do seu Regimento, sendo o Sr. Coronel, tal como é público, o comandante da Unidade.

Antes de começar com as questões que gostaríamos de ver esclarecidas, e também em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, gostava de declarar aqui o orgulho que temos nas nossas Forças Armadas, em função do seu prestígio, da sua educação e formação, do seu sentido de disciplina, do seu elevado conhecimento profissional, da sua seriedade e competência perante a missão cumprida.

No caso do seu Regimento, estas características verificam-se não só no âmbito militar, mas na colaboração com a sociedade civil dado que é reconhecido todo o trabalho que fazem designadamente em colaboração com as autarquias locais e com a sociedade civil em geral para debelar um conjunto de situações que, muitas vezes, sem a vossa colaboração, não seria possível, nomeadamente em situações de catástrofe, como recentemente tivemos de resolver.

O Sr. Coronel saberá que temos, enviado pelo Ministério da Defesa Nacional, pelo Exército e por todas as estruturas que, de alguma forma, averiguaram já estes factos, acesso a um conjunto de documentação tal como o Sr. Coronel terá tido.

Um dos documentos que nos foi enviado foi o seu relatório de posse. Nesse relatório de posse, o Sr. Coronel refere-se à escassez de recursos humanos dizendo que ela inviabiliza a implementação de medidas de segurança em todas as instalações do Regimento de Engenharia, o que obriga à definição de prioridades.

Na altura, o Sr. Comandante disse e definiu que a prioridade era a segurança do quartel das tropas. Não foi feita, no seu relatório, nenhuma referência às condições de segurança dos Países Nacionais de Tancos.

Portanto, gostava de lhe perguntar se, quando tomou posse, tinha a perceção do grau de vulnerabilidade dos Países Nacionais de Tancos do ponto de vista da segurança.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida** (Comandante da Escola Prática de Engenharia e Regimento de Engenharia n.º 1 de 21 de julho de 2016 a 30 de junho de 2017 e de 18 de julho de 2017 a 23 de setembro de 2018): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, boa tarde a todos, antes de começar a responder, não queria deixar passar esta oportunidade de agradecer a oportunidade que me é dada de colaborar com esta Comissão na prossecução dos objetivos que estão estabelecidos para a mesma.

Sobre a questão do relatório de posse de comando, sei que os Srs. Deputados foram, há dias, às instalações dos Paióis Nacionais de Tancos. Vou usar sempre a expressão «instalações» em confronto com a expressão «paiol». «Instalações» representa o conjunto de paióis que os Srs. Deputados tiveram a possibilidade de visitar, mas dentro daquelas instalações de cerca de 38 ha, mais coisa, menos coisa, há 19 edifícios, vou-lhe chamar assim, como substância, que são exatamente aquilo que é o paiol, onde fisicamente se encontram os explosivos, munições e os chamados artifícios de fogo.

Ora bem, as instalações dos Paióis Nacionais de Tancos não pertencem ao RE1 (Regimento de Engenharia n.º 1). Repito: não pertencem ao RE1. Por sua vez, não sei se conhecem o RE1, mas o RE1 é uma Unidade algo diferente das Unidades, vou chamar-lhes *standard*, do Exército português, na medida em que tem descontinuidade física. Daí aparecer a expressão «quartel das tropas», já que o quartel das tropas é um dos vários espaços físicos que pertencem ao Regimento de Engenharia n.º 1.

Temos os chamados parques e instalações escolares, a zona de alojamento de oficiais, a zona de alojamento de sargentos, a zona desportiva, a zona de simulação de defesa nuclear, biológica e química. Tudo isso são espaços físicos separados, mas que pertenciam ao meu Regimento, na altura, e, esses, sim, eram da minha responsabilidade direta.

A missão de segurança às instalações dos Paióis Nacionais de Tancos era uma missão muito importante, mas que me era dada de tempos a tempos e que tinha de cumprir como muitas outras missões que me eram atribuídas.

Portanto, o meu entendimento, como comandante, foi o de que fazer referências a uma instalação militar que não é minha no meu relatório de posse de comando só porque, de quatro em quatro meses, tinha de lá ir desempenhar uma missão, que era importante, repito, que era importante, não adequado. Não era, para mim, aquele o documento adequado para expressar as preocupações que tinha sobre as condições de segurança das instalações dos Paióis Nacionais de Tancos.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Sr. Coronel, perguntava-lhe, então, quais eram essas suas preocupações e onde é que fundamentava o conhecimento de factos que o levavam a ter essas preocupações que está aqui a expressar.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Peço desculpa, mas vou pedir-lhe para clarificar a pergunta. As preocupações que tinha relativamente ao Regimento de Engenharia n.º 1 ou aos paióis?

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Relativamente aos paióis, porque, se bem entendi no seu depoimento disse que o relatório de posse não seria o documento indicado para expressar as suas preocupações, para além da sua intervenção direta em tudo o que estava sob o seu comando e os paióis de Tancos não eram da sua responsabilidade, embora tivesse lá dois paióis. Mas referiu que tinha preocupações acerca da segurança dos paióis de Tancos e gostava de saber que preocupações eram essas e qual era a base dos factos de conhecimento direto do Sr. Comandante.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Obrigado pela sua pergunta e pela clarificação da mesma.

Assumi as funções de comandante do Regimento de Engenharia n.º 1 a 21 de julho de 2016. Nessa altura, o meu Regimento estava a desempenhar funções de segurança às instalações dos Paióis Nacionais de Tancos. Portanto, nessa altura estava já em vigor o que já vinha do antecedente.

O Regimento de Engenharia n.º 1, desde janeiro de 2015, integrava o grupo de quatro Unidades que faziam serviço de um mês, de  $x$  em  $x$  meses, para garantir a segurança das instalações dos Paióis Nacionais de Tancos. E, portanto, a 21 de julho de 2016, a minha Unidade estava a fazer esse serviço.

Desde o primeiro dia em que comandei, comecei logo a receber pelo canal hierárquico do meu regimento os relatórios diários que eram feitos.

No final desse mês, que terminou em meados de agosto, não sei precisar a data, a 13, 14, por aí, e em qualquer um dos meses de serviço era feito um relatório mensal que era enviado para a Brigada de Reação Rápida sobre as nossas preocupações, o estado das instalações, algo que fosse entendido como pertinente relativamente a esse serviço.

O primeiro relatório para o exterior foi enviado nessa altura. No entanto, diariamente, os militares, o chefe de equipa, o comandante da guarda às instalações dos Paióis Nacionais de Tancos fazia um relatório diário que entregava ao oficial de dia e que, depois, vinha a despacho à minha pessoa.

Portanto, diariamente ia tomando contacto com o que se passava nos paióis. Informalmente, ficava logo uma cópia no delegado da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército (UAGME), nas instalações dos paióis, que era a pessoa responsável por aquela instalação. Ficava logo lá uma cópia, um *draft* daquilo que depois ia chegar à minha mão e essa cópia era também transmitida à Unidade responsável pela coordenação da segurança que era a Brigada de Reação Rápida.

Esses eram os relatórios...

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Sr. Coronel, peço desculpa de interromper, mas nesses relatórios o que é que estava escrito que o fazia preocupar relativamente às questões de segurança dos Paíóis Nacionais de Tancos?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Principalmente as condições físicas relativas à segurança.

Quando recebemos a missão de estabelecer ou de garantir a segurança de uma instalação militar, há várias componentes que concorrem para essa mesma missão. Há uma componente física, a barreira física para que, enfim, uma pessoa, sem querer, de repente, não chegue a uma instalação ou a um local onde não é suposto estar. Essa componente física, a barreira física daquelas instalações era constituída por duas redes, uma rede exterior, outra interior, separadas por 5 m.

Estavam em muito mau estado, havendo uma série de locais onde estavam corroídas, oxidadas. As torres também se encontravam em muito mau estado. Esta era a componente física.

Ainda sobre a componente física, mas como apoio à componente humana, existem os chamados meios complementares. Ora, a título de comparação, como oficial de engenharia, nos anos 1990, como capitão, fiz vários, aliás, muitos serviços à então Escola Prática de Engenharia. Na altura, os meios de apoio à componente humana, os meios complementares, eram constituídos por dois conjuntos de sensores, um de pressão entre as redes e vou usar o exemplo de se uma lebre mais pesada ali passasse ativava o sensor e outro de movimento na rede interior e o mesmo exemplo vou usar se algo fosse contra essa rede, ativava-a.

Para além disso havia sistemas de videovigilância que complementavam o aspeto humano que é o terceiro de um sistema de segurança.

Voltando à resposta, no momento em que assumi o comando do Regimento de Engenharia n.º 1, os aspetos físicos das instalações dos Paióis Nacionais de Tancos eram alvo de preocupação principal. Depois, os alojamentos também estavam bastante degradados. Era essencialmente isto, uma vez que isto concorria diretamente para a eficácia da missão que estávamos lá a desempenhar.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — O Sr. Coronel reportou essas suas preocupações? E se o fez, a quem? E qual foi a resposta que obteve da entidade ou das entidades a quem reportou essas suas preocupações?

O Sr. Cor. Eng **João Paulo de Almeida**: — Sim. Havia, conforme já referi, relatórios periódicos que eram feitos para a Brigada de Reação Rápida, portanto, mensalmente — ou melhor, no final de cada período de um mês, durante o qual fazíamos o serviço de segurança — e, depois, havia outros relatórios, que não eram periódicos, que eram *ad hoc*, e eu também fiz alguns, para reforçar essa minha preocupação.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — E obteve resposta a esses relatórios expressando as suas preocupações?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Resposta direta ao relatório não obtive, mas eu sabia que os relatórios iam para um determinado escalão e que eram enviados para um escalão superior.



O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — O que lhe pergunto, então, é o seguinte: o Sr. Coronel, se bem estou a entender as suas palavras, está a transmitir a esta Comissão que tinha a perfeita noção da vulnerabilidade dos paióis de Tancos.

A Unidade de Apoio Geral do Material do Exército era a entidade responsável pela elaboração do plano de segurança dos paióis de Tancos e as diversas unidades que eram responsáveis por garantir a segurança dos paióis de Tancos conheciam esse plano de segurança, com essas limitações todas que o Sr. Coronel acaba de referir.

O que lhe pergunto é o seguinte: esse plano de segurança era adequado para fazer face às vulnerabilidades que acaba de referir à Comissão e que estavam identificadas quer por si, quer pela sua hierarquia, relativamente à segurança dos paióis?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sr. Deputado, gostaria de diferenciar aqui dois tipos de documentos que nós usávamos. Ou melhor, havia um que usávamos, de facto, sistematicamente, como referência, as chamadas normas de execução permanente (NEP), que são, para nós, diferentes de um plano de segurança, porque um plano de segurança, normalmente, é ativado perante uma situação excecional ou perante um elevar do estado de segurança a nível nacional ou a nível das forças armadas. Ou seja, há um elemento iniciador para usarmos um plano de segurança.

O plano de segurança é um documento confidencial que existia quer nas instalações dos Paióis Nacionais de Tancos, mas que está fechado, quer nas instalações do oficial de dia do Regimento de Engenharia n.º 1, mas que também estava fechado, e do qual o nosso conhecimento, sem o abrir, uma vez que era confidencial, era o essencial para o primeiro embate. E no primeiro embate nós sabíamos que, daquele plano de segurança constava, dado um determinado acontecimento iniciador, a possibilidade de nós termos

de imediato reforçar o que quer que seja e quem quer que seja que estivesse nos paióis. Isso era o plano de segurança.

As normas de execução permanentes eram aquilo que nos regia no dia a dia. Conforme já foi dito, eram da responsabilidade da Unidade que detinha aquelas instalações e serviam-nos sempre de guia para o desempenho das nossas missões.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — A minha pergunta é precisamente essa, Sr. Coronel: é se essa missão de segurança, definida quer nas normas de execução permanente, quer nas diretivas, era suficiente para garantir a segurança dos paióis de Tancos.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Essas NEP detalhavam um conjunto de deveres...

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Nós conhecemos.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Imagino que sim.

As NEP detalhavam um conjunto de deveres de várias entidades que faziam parte daquele sistema, daquelas instalações, entre as quais, o sargento da guarda aos Paióis Nacionais de Tancos, que tinha uma série de procedimentos que tinha de respeitar e que tinha de executar.

Para além destas NEP, existe o nosso conhecimento e as instruções que são dadas nas unidades sobre o que é que deve fazer, quando deve fazer, como deve fazer. Certamente, não seria naquelas NEP que estariam as instruções sobre como manusear uma espingarda semiautomática G3 ou outra qualquer que nós usássemos naquele serviço.

Portanto, se eram adequadas, bom, até à data, vinham sendo as adequadas. Não consigo detalhar mais.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Faço-lhe esta pergunta, Sr. Coronel, porque houve aqui um seu camarada de armas, também comandante de uma das unidades responsáveis por garantir a segurança aos paióis, que fez aqui um comentário curioso. O que ele referiu foi que este assalto teria sido feito por amadores.

Confesso que fiquei um pouco perplexo, porque se é possível amadores fazerem um assalto a uns paióis nacionais, então o plano de segurança e as regras de segurança que estavam instituídas também eram amadoras. Porque se não fossem amadoras não havia amadores que fossem capazes que furar essas regras de segurança.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Não vou comentar essa afirmação, até porque não sei, efetivamente, e em rigor, como é que aconteceu o assalto.

As entidades próprias estão a investigar e esperamos que a breve trecho tenhamos informação mais detalhada.

Agora, como digo, a segurança é o produto de uma série de fatores. Os procedimentos, que são o aspeto que relaciona o aspeto físico, complementar, e o aspeto humano, são mais um fator que concorre para a segurança. E essas NEP — estamos a falar de procedimentos... Se os procedimentos podiam ser melhorados, se não podiam ser melhorados, bom, eram os que existiam na altura e que tinham funcionado até à altura.

Se o assalto foi obra de amadores, ou não, não vou comentar porque não sei.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Porque a questão que nos interessa relevar, do ponto de vista de responsabilização, do que aconteceu, tendo sempre em conta a preocupação de manter, da parte dos nossos cidadãos, o

respeito que hoje têm pelas forças armadas, é se este assalto ocorreu porque foram violadas as normas de segurança ou porque as normas de segurança não eram suficientes para garantir essa segurança.

Face aos factos que conhece — mais à frente falaremos sobre o processo de averiguações e sobre as conclusões do processo de averiguações que o Sr. Comandante, na altura, mandou abrir —, o que lhe pergunto é: este assalto ocorreu porquê? Porque se violaram as normas de segurança, os procedimentos de segurança que estavam definidos, ou porque essas normas não eram suficientes para garantir essa segurança?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Certamente que um dos elementos que concorre para garantir a segurança, um ou mais do que um, terá sido menos eficaz e, como já disse, o elemento físico era um deles. Portanto, a barreira física que, naquilo que já estava concluído à data, pelas obras de melhoria, que era a fachada oeste, tinha uma determinada capacidade de resistência. As outras não tinham uma tão elevada capacidade de resistência.

Se esses elementos físicos foram decisivos, ou não, neste momento, não estou em condições de responder de forma objetiva a isso.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Mas, Sr. Coronel, como muito bem disse, as condições de segurança, tal como estavam definidas — e nós tivemos a possibilidade de verificar *in loco* essas condições de segurança e as circunstâncias que acabou de referir nesta Comissão —, eram um conjunto de meios, entre meios humanos, isto é, as rondas, e, por outro lado, as condições físicas de segurança, como seja a deteção, as câmaras, a iluminação, a desmatação, ou não desmatação, do local.

Se o Sr. Coronel tinha consciência que, do ponto de vista físico, havia limitações fortíssimas a garantir a segurança, então só podemos concluir que

o que falhou foi o procedimento dos homens que o Sr. Comandante comandava, que não cumpriram as funções devidamente, de forma a garantir ou a compensar as deficiências dos meios físicos de segurança que estavam, sabemos hoje, inoperacionais.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Não percebi a sua correlação.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — O Sr. Comandante disse à Comissão que a segurança era garantida por dois tipos de meios de segurança: pessoas, as suas tropas, as rondas e os meios físicos. Havia a consciência de que os meios físicos estavam obsoletos e já não estavam sequer em funcionamento.

O que é que foi feito para conseguir compensar estas falhas? E o que é que aconteceu com os homens, se eles de facto garantiam e substituíam as deficiências que havia nos meios físicos de segurança?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Os homens que estavam de serviço eram aqueles que estava determinado e estes tinham instruções, para além das indicações que recebiam do delegado da Unidade de Apoio Geral do Material do Exército, para fazerem às instalações dos paióis...

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Sr. Coronel, peço desculpa por interrompê-lo, mas tenho muito pouco tempo.

Pedia-lhe para concretizar, mesmo no dia e nos factos em concreto...

O Sr. **Presidente**: — Não tem tempo nenhum, Sr. Deputado!

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — O Sr. Deputado, peço desculpa, está a relacionar duas componentes que concorrem para a

segurança e a pô-las numa balança, concluindo que se uma subiu, a outra desceu e deveria haver um equilíbrio.

Eu não tenho dados para fazer essa correlação. O Sr. Deputado está a fazê-la, mas eu não tenho dados que me permitam concordar ou discordar de si.

Agora, os homens, obviamente, perante as deficiências que havia nas outras componentes que concorrem para a segurança de uma instalação estavam submetidos a um esforço maior, mas até à data nunca havia ocorrido nenhuma intrusão. Portanto, não havia nenhuma indicação do aumento do nível de ameaça. Os homens que havia, com as indicações que havia, com as instruções que havia nas NEP e naquilo que é o bom senso militar faziam rondas, faziam verificações, faziam o que tinham a fazer para minimizar a possibilidade de uma intrusão.

Se, pelo facto das condições físicas estarem como estavam e associar isso a ter ocorrido uma intrusão, o Sr. Deputado está, por defeito, a concluir que os homens não...

**O Sr. Ricardo Bexiga (PS):** — Estou a perguntar!

**O Sr. Cor. Eng. João Paulo de Almeida:** — Mas, então, eu não consigo concluir isso.

**O Sr. Ricardo Bexiga (PS):** — Não consegue responder à minha pergunta, é isso?

**O Sr. Cor. Eng. João Paulo de Almeida:** — Não, não. Não consigo ir na linha da conclusão do Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Ricardo Bexiga. Muito obrigado ao Sr. Coronel pelas respostas fornecidas.

Segue-se o Grupo Parlamentar do PSD... Não?

*Pausa*

A informação que tinha era a de que estava acordado que só o início é que ia alterando.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, em todas as Comissões Parlamentares de Inquérito em que já estive a lógica é a de que roda tudo.

O Sr. **Presidente**: — Certo.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Berta Cabral, nada a obstar?

A Sr.<sup>a</sup> **Berta Cabral** (PSD): — Nada!

O Sr. **Presidente**: — Então, segue-se o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, porque é esse o próximo partido.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasconcelos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda gostaria de agradecer o Sr. Cor. Eng. João Paulo de Almeida e agradecer as explicações que aqui já nos trouxe, relativamente a perguntas anteriores.

Para o Bloco de Esquerda, o que importa, no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito, é efetivamente apurar as respetivas responsabilidades políticas. Naturalmente, a investigação judicial

prosseguirá o seu curso normal, sem quaisquer interferências da nossa parte e, penso, de todos os grupos parlamentares.

Logo quando se deu o furto, quando desapareceram as armas dos Paióis Nacionais de Tancos, o Bloco de Esquerda disse que era um acontecimento bastante grave e que alguma coisa tinha falhado, nomeadamente que o Estado ou as instituições teriam falhado.

O Sr. Coronel considera que houve alguma falha do Estado ou das instituições, ou considera que se trata de um problema de menor importância e que não se verificou nenhuma falha?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Obrigado pela questão. Não, menor importância, não. O incidente foi um incidente grave que não deveria ter acontecido e que manchou a imagem das Forças Armadas e, em especial, do Exército.

Em termos de quem foi a falha, vou ter de me repetir, mas dos vários temas que concorrem para a segurança de uma instalação houve falhas. Num deles ou em mais do que um.

Há aspetos que eu desconheço, sobre os detalhes exatos de como aconteceu o assalto, para poder concluir melhor qual dos elementos teve maior contribuição, enfim, um peso maior. Agora, certamente que todos eles deviam estar em melhores condições, nomeadamente o físico, mas não estavam. Estavam a ser feitas obras, estavam concursos em processo administrativo para que as obras se iniciassem e pudessem ver a luz do dia.

Julgo que é o se me apraz dizer sobre tudo isso, Sr. Deputado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, quando é que soube do assalto a Tancos e, a partir do momento em que teve conhecimento do mesmo, alterou as normas de procedimento no âmbito da segurança dos



Paióis Nacionais de Tancos, naturalmente, quando a sua unidade estava afeta a essa mesma segurança?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Fui informado momentos depois de ele ocorrer. Houve uma primeira avaliação para tentar clarificar a situação, uma vez que havia obras a decorrer e podia ser que o paiol estivesse a ser alvo de obras. Enfim, houve ali um momento de clarificação da situação para confirmar que estávamos perante um assalto, uma intrusão, e não outra coisa qualquer.

Portanto, soube nessa tarde.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Nessa tarde?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sim. A intrusão é detetada na tarde do dia 28.

Obviamente, depois de ser informado o escalão superior e serem chamadas as entidades de investigação competentes, a primeira medida, em coordenação com todos os elementos responsáveis pela segurança, foi reforçar a equipa, uma vez que, quanto mais não fosse, havia dois paióis abertos nos quais não podíamos sequer entrar ou sair, uma vez que as autoridades judiciais iam fazer a peritagem do que estava lá, tirar eventuais impressões digitais, etc., todos os procedimentos que são necessários nessa situação, e esses tinham de ficar com guarda permanente, que não podia sair dali.

Portanto, de imediato, foi feito um reforço, que se veio a manter nos dias seguintes. Em resultado deste evento, aumentou-se o número de homens que havia em permanência nas instalações dos Paióis Nacionais de Tancos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, o Sr. Coronel soube do assalto no próprio dia 28 de junho e transmitiu-o logo nesse dia à hierarquia superior. E de que forma recebeu essa informação? Foi da parte dos militares que estavam afetos à segurança dos paióis? O Sr. Coronel dirigiu-se lá imediatamente? Como é que se explica que só no dia 29 o País tenha sabido através da comunicação social que tinha havido um furto nos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Eu soube, quase em simultâneo, pelo canal segurança e pelo canal logístico do meu Regimento, porque o canal logístico era responsável pelas contagens, verificações, idas e não idas aos paióis e o canal segurança era responsável pela parte da segurança.

Portanto, soube quase em simultâneo pelos dois. Obviamente, depois de termos ativado a Polícia Judiciária Militar e termos informado o escalão superior, desloquei-me lá para tomar contacto com a ocorrência. Depois houve um conjunto de atividades em contínuo, durante a tarde e noite desse dia e manhã do dia seguinte, relativas ao que tinha acontecido e ao que estava a acontecer.

Por que é que o País só soube no dia 29? Não lhe sei responder, não tenho esse dado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Uma outra questão tem a ver com as rondas.

O Sr. Coronel pode dizer-nos quantas rondas eram feitas por dia ou por turno? De que forma eram realizadas? Eram apeadas ou eram montadas? Quantos homens faziam parte de cada ronda? Seguiam sempre os mesmos procedimentos? De que entidade recebiam a informação, a ordem para efetuar essas mesmas rondas?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Diariamente, o sargento da guarda às instalações dos Paióis Nacionais de Tancos recebia indicações quer do oficial de dia ao Regimento, quer do delegado da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, que se encontrava em permanência nas instalações. Depois, ele tinha a missão de distribuir os militares pelas várias tarefas de vigilância e de controlo de acessos.

Portanto, havia, e há, uma porta, que é a porta por onde entraram, na qual era efetuado o controlo de acesso de acordo com as normas existentes, e depois havia a indicação de, com a maior frequência possível, rondarem, ou seja, ocuparem fisicamente o espaço para servirem de elemento de dissuasão perante alguém que tivesse intenções de fazer uma intrusão naquelas instalações.

O quando dependia de uma série de fatores, nomeadamente das condições meteorológicas, das atividades que ocorriam ou não.

Quanto ao como, eram ou apeadas ou de viatura.

Nós, o Regimento de Engenharia 1, privilegiava as rondas apeadas por entendermos que são mais dissuasoras e quem tiver a intenção de uma eventual intrusão não as vê com a facilidade com que vê uma viatura, face ao barulho e à silhueta da mesma.

Julgo que cobri todas as suas questões.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, perguntei de que entidade as forças militares que faziam as rondas recebiam as ordens e, já agora, pergunto ao Sr. Coronel se podemos concluir que, por exemplo, num dia em que houvesse muita chuva ou condições meteorológicas adversas, as rondas podiam ser mais espaçadas. Podemos concluir que, desta forma, os intervalos seriam mais prolongados?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Não nessa perspetiva mas na perspetiva em que, se calhar, demoraria mais tempo a fazer a ronda ou, uma vez que com chuva e nevoeiro as condições de visibilidade são mais reduzidas, poderiam ter de ir a outros sítios, aproximar-se mais do sítio A, B ou C ou da fechadura A, B ou C. Há diferenças.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sabe o Sr. Coronel, no momento em que soube do assalto aos paióis, há quanto tempo é que se tinha verificado a última ronda antes do assalto?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sr. Deputado, eu não sei quando foi feito o assalto. De facto, estima-se um período mas, em rigor, ainda não sei quando foi feito o assalto. Estima-se que terá sido na noite de 27 para 28.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — E qual era o tempo de intervalo das rondas?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Não me interprete mal. Não é que não queira responder. Se especificar melhor a sua pergunta, respondo. Mas é esse o pressuposto que estamos a usar?

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, queria saber se as rondas tinham um intervalo de 2 horas, de 3 horas, de mais ou de menos. Já ouvimos falar de 20 horas. É possível existir esse espaço de tempo?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Não. Apesar de não existir um intervalo rígido, a indicação é no sentido de serem feitas o maior número de rondas. Não há espaçamentos de 20 horas entre rondas.

Agora, há critérios-base de organização de uma equipa de rondas, ou de uma equipa de segurança. Normalmente, o serviço tem a duração de 24 horas e é dividido em blocos de duas horas; depois há revezamento dos militares. De facto, o objetivo final é aproximar-se desse valor, ou seja, de uma ordem de grandeza desse valor.

Como digo, depende de uma série de fatores, mas certamente que 20 horas entre rondas não era a indicação nem é aquilo que deve ser feito.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Naturalmente, o Sr. Coronel conhecia os paióis. Visitava-os com regularidade, por vezes ou nunca lá foi? Conhecia o interior dos mesmos paióis? Sabia as condições em que o material era armazenado? Tinha conhecimento de que em muitos compartimentos dos paióis, nomeadamente daqueles que foram assaltados, havia salas, espaços, gabinetes vazios?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sim, posso afirmar que conhecia bem os paióis não só porque, conforme já referi, fiz serviço à então Escola Prática de Engenharia como capitão e, na altura, a Escola Prática de Engenharia era a única responsável pela segurança das instalações dos Paióis Nacionais de Tancos, como também, na função de comandante, fui lá na semana seguinte à tomada posse para tomar contacto com os meus homens, ver quais as condições de serviço que eles tinham e como estavam os paióis, que já não visitava, nem tinha de visitar, há uns anos largos. De facto, ia lá a miude.

Portanto, fui várias vezes, não só por aspetos relativos à segurança, que era uma missão do Regimento, como por outros aspetos administrativo-logísticos, como também para ver os trabalhos de melhoramentos que estávamos a fazer na primavera de 2017. Na altura, tinham começado, salvo erro em abril, trabalhos de desmatação que lá fazíamos. Era aquilo que

designamos por uma frente de trabalho da Unidade de Engenharia, que, por acaso, era naquele espaço físico

Sim, conheço os paióis e ia lá a miude.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, é adequado, normal, que algumas salas, gabinetes ou portas, se assim lhe podemos chamar, dos paióis, mesmo sem material de guerra armazenado, possam estar selados, com fechaduras, com cadeados? Isso é normal acontecer?

Outra questão: quem sabia, rigorosamente, do conteúdo existente em cada paiol? Quando digo conteúdo, neste caso, refiro-me a material de guerra, naturalmente.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Se era normal haver compartimentos vazios fechados, sim. Se o compartimento estava vazio, estava fechado, quanto mais não fosse para não lhe ser dada uma utilização diferente daquela para a qual o compartimento foi concebido.

Quanto a quem tinha conhecimento do que estava nos paióis, o Comandante do Regimento de Engenharia n.º 1 tinha conhecimento. Enfim, se me perguntar uma das linhas das nove páginas de material, se calhar, aquela linha específica não sei, mas, genericamente, tinha conhecimento de onde estava o material que era do Regimento. E se precisasse de um detalhe tinha quem me facultasse esse detalhe.

Quanto àquilo que estava nos outros, não tinha, nem os militares que lá faziam serviço tinham conhecimento, uma vez que a maior parte dos paióis eram, digamos assim, do Exército mas havia paióis nos quais se encontrava material do Regimento de Engenharia n.º 1 assim como do Regimento de Paraquedistas.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — De acordo com alguma documentação a que tivemos acesso, no ano de 2007 ter-se-ia verificado uma reestruturação a nível dos homens que faziam segurança aos Paióis Nacionais de Tancos, passando de 44 para 8 militares.

O Sr. Coronel, naturalmente, sabia. Confirma que era exatamente assim quando tomou posse da Unidade e, naturalmente, da segurança dos Paióis Nacionais de Tancos, no mesmo mês?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Quanto ao facto de, em 2007, ter havido uma diminuição de efetivos, enfim, eu tinha um conhecimento superficial, constou-me. Na altura, eu não estava ligado a nenhuma Unidade na área de Tancos, mas constou-me que tinha havido uma redução.

Quando tomei posse, era um dado adquirido que era um sargento, um cabo e seis soldados; tínhamos oito militares. De qualquer forma, se os 44 militares dizem respeito a um pelotão — aliás, já nos anos 90 isso era para existir —, não podemos comparar 44 com 8, porque os 44 era para, entre eles, se revezarem e fazerem o serviço diário; seriam 10 ou 11 por dia. Se comparar esses 10 ou 11 com 8, parece-me razoável; se comparar 44 com 8, não me parece.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Muito obrigado.

Tendo em conta os documentos que recebemos, efetivamente, lá é referido estes dois números.

Sr. Coronel, a que se teria devido essa redução de efetivos, tendo em conta também que já nessa altura, em 2006, 2007, o sistema de videovigilância estava avariado e no ano 2000 os censores deixaram de funcionar? O Sr. Coronel nunca se questionou, nunca se interrogou e nunca

considerou que as instalações estariam mais vulneráveis, tendo em conta estes dois vetores — redução de efetivos e sistemas inoperacionais?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Conforme disse, quando assumi funções, era um dado adquirido que era aquele número. A diminuição tinha ocorrido, à data da assunção de funções, 9 anos antes.

Obviamente, questionamos porquê, mas não sei qual é a resposta. A entidade que terá feito essa diminuição terá avaliado a situação, teria, com certeza, mais dados do que eu, que era um simples comandante de Regimento, teria uma visão mais lata de toda a situação quer do Exército, quer daquela área militar, a de Tancos.

Portanto, não consigo adiantar mais elementos sobre essa questão em concreto.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, ainda em relação aos sistemas de videovigilância, aos sensores, nos documentos de que tivemos acesso, são apontadas outras lacunas e deficiências, nomeadamente a questão da rede de segurança periférica, que o Sr. Coronel já aqui referiu que se encontrava degradada, inclusivamente que havia para-raios que não estariam a funcionar, a casa da Guarda não tinha comunicação de rede fixa e até, inclusivamente, as portas e as fechaduras não apresentavam os requisitos de segurança exigidos — isto desde 2006, 2007 e nos anos seguintes. Em 2012, o sistema de videovigilância foi classificado obsoleto por inexistência de peças sobressalentes para reparação. Levantamos aqui um conjunto de anos em que os paíóis ficaram naquelas condições.

O Sr. Coronel, no seu relatório de posse de comando, referiu que havia faltas críticas de pessoal, especialmente praças, mas nunca mencionou — pelo menos, não vi no relatório de posse de comando — estas questões ligadas aos sistemas de videovigilância inoperacionais, sabendo-se que esta



infraestrutura é de elevada sensibilidade militar e que estaria mais permeável a acontecimentos como aqueles que ocorreram, nomeadamente o furto ou o assalto a Tancos.

O Sr. Coronel nunca se «preocupou», nunca mencionou este facto? Teria mencionado aos seus superiores hierárquicos? Não recebeu resposta? Será que poderia elucidar-nos um pouco mais sobre este aspeto?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida:** — Como já referi, mencionei.

Para além dos relatórios diários e dos relatórios que se faziam no final do mês, no qual tínhamos de fazer serviço, foram feitos pelo Regimento de Engenharia n.º 1 vários relatórios quer antes de eu assumir o comando, quer depois.

O primeiro relatório é feito ainda em agosto de 2016. Para além dos relatórios periódicos, é feito um segundo relatório, uma segunda nota a solicitar apoio e resolução desses problemas.

Em novembro, fruto de uma revista que passo aos paióis do Regimento, é feito um pedido de apoio também a outras entidades do escalão superior onde são referidos, entre outros, os elementos que acabou de mencionar, ou seja, portas, para-raios, chão, fissuras, neste caso dos paióis, nas das instalações. Os dois últimos pedidos de apoio, vou chamar assim, foram relativos aos paióis do RE1.

Como eu disse, apesar de não haver uma resposta direta da generalidade, as coisas estavam a acontecer. Por exemplo, no caso concreto das notas que enviei na sequência dessa revista, em março de 2017 e em junho de 2017, salvo erro em 2 de junho, mas posso depois confirmar a data, uma equipa da Direção de Infraestruturas deslocou-se lá, fez uma avaliação e ia inserir essas necessidades num plano de obras.

Por exemplo, à data em que ocorreu o incidente, os para-raios estavam a ser substituídos. Havia outros paióis, portanto, edifícios, que não os do RE1, que estavam a ser intervencionados. Não tenho os detalhes, mas sei que, por exemplo, daquela série de três que os Srs. Deputados tiveram oportunidade de ver, o terceiro, salvo erro, o 16, tinha sido intervencionado, tinha sido reparada uma série de coisas no edifício, tinha sido reforçado estruturalmente. Enfim, estavam a decorrer obras nos paióis. Não vou ter a pretensão de dizer que foi em resposta às notas do RE1, mas certamente terão contribuído para isso.

Voltando à questão, sim, foram feitos pedidos de apoio, notas, informação à escala superior e havia resposta. Algumas respostas viam-se no terreno. Quanto à velocidade, sabemos hoje que não foi a suficiente para impedir o que aconteceu, mas havia algo a ser feito sobre o estado das instalações.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado João Vasconcelos.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, começo por saudar o Sr. Coronel e sublinhar os relevantes serviços que o Regimento de Engenharia n.º 1 presta ao País.

Gostaria de colocar algumas questões que têm a ver com, se quisermos, as dificuldades que sentimos às vezes em apurar alguma matéria relativa ao que sucedeu.

Como e quando soube do furto nos paióis nacionais de Tancos?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Na tarde do dia 28.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — A que horas?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Tenho de consultar. Sei que foi ao fim da tarde, mas...

*Pausa.*

Foi por volta da 17 horas e 30 minutos. Entre as 17 horas e 30 minutos e as 18 horas.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — O Sr. Coronel pode informar-nos a que horas é que foi detetado o furto.

O Sr. Cor. Eng.º **João Paulo de Almeida**: — Entre as 16 horas e 30 minutos e as 17 horas.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Estou a colocar esta pergunta porque, no relatório do oficial de dia, não é indicada a hora a que o furto foi detetado, tal como, por exemplo, aquilo que teriam sido as comunicações do Sr. Oficial de dia que, obviamente, na sequência dessa deteção do furto, teria necessidade de realizar.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Face à gravidade do evento, o oficial de dia, como deve imaginar, não ficou sozinho com um evento deste tipo nas mãos; de facto, toda a Unidade foi mobilizada.

As tarefas tiveram de ser partilhadas e houve uma série de atividades que, se forem feitas rotineiramente, caberiam ao oficial de dia, mas que foram assumidas por outras entidades do Regimento, nomeadamente o

Batalhão de Engenharia, a Secção de Operações, Informações e Segurança, a própria Secção de Logística e o próprio Comando da Unidade.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Pode dizer-nos, então, quem foram os oficiais que assumiram essas responsabilidades, na sequência do sucedido?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Importa-se de clarificar a questão?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Disse-nos...

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — A responsabilidade era do Regimento. É minha enquanto comandante do Regimento.

As tarefas foram sendo assumidas por uns ou por outros consoante a área funcional mais adequada a essa tarefa. Por exemplo, sobre a questão de confirmar se se tratava de uma intrusão e não de um esquecimento de, por hipótese, uma porta aberta, obviamente, foi entre a Secção de Logística e a Secção de Operações. A tarefa de informar o escalão superior foi do Comando da Unidade. Por acaso, a tarefa de informar a Polícia Judiciária Militar, ao mesmo tempo que eu informava o Comando Superior do Exército, foi do Comando de Batalhão.

Não há uma regra para isto, houve, no fundo, o envolvimento de toda a Unidade, até porque, enquanto não se esclareceu a situação, foi tomada uma série de medidas para tentar clarificar o que se estava a passar e o que poderíamos ainda fazer para, de certa forma, mitigar ou, inclusive, caso o material desaparecido estivesse ainda na área física do Regimento, o detetar.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — O Sr. Coronel começou a responder às questões dizendo com quem é que contou e como é que foram feitas essas comunicações.

A minha pergunta é esta: quem é que informou, então? Com quem é que contactou quando soube do sucedido?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Informei o meu comandante, o Comandante das Forças Terrestres. O General CFT foi informado por mim.

Depois disso, foram informadas outras entidades e a partir desse momento...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Que outras entidades?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — No caso concreto, o Comando do Regimento informou o Comandante das Forças Terrestres e o Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E quem mais é que procedeu à informação no âmbito do seu Regimento?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Foram essencialmente essas as entidades informadas.

Sei que, por exemplo, o oficial de Segurança informou a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, a UAGME, foram feitos contactos entre os *key players* e aqueles que, naquele momento, teriam de atuar e validar o reforço que, de imediato, começou a ser equacionado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, as perguntas são exatamente para perceber todos os contactos que foram feitos. Tanto mais que sabemos que os Serviços de Informações portugueses nos disseram aqui, na Assembleia, que tinham sabido pelos jornais aquilo que sucedeu.

Portanto, nós queremos saber quem é que foi informado do sucedido.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — O Regimento informou quem tinha de informar, de acordo com as normas vigentes. Acima do Regimento não estou em condições de responder, porque não sei o que se passou a esse patamar.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — O Sr. Coronel conhecia as normas de segurança e de guarda em relação aos paióis e tinham diretivas específicas, nomeadamente no âmbito do Regimento. O oficial de dia tinha de fazer duas rondas.

A minha pergunta é a seguinte: o Sr. Coronel transmitia ao seu oficial de Operações e garantia que o seu oficial de Operações transmitia ao oficial de dia, que o oficial de dia transmitia ao sargente da guarda essas instruções e essas preocupações?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Havia diretivas internas do Regimento, uma diretiva anual, no início do primeiro bloco de um mês, em que tínhamos de fazer segurança e, depois, parcelarmente, havia comunicações de serviço.

Além disso, havia reuniões, *briefings*, que eram feitos pela secção de operações de formação e segurança, antes de começar cada um dos meses, para fazer um *refreshment*, para alertar para a criticidade daquela missão e

para esclarecer dúvidas que pudessem existir nos militares que iam ser nomeados para essa missão, nomeadamente os sargentos e oficiais.

De qualquer forma, essas diretivas e essas comunicações de serviço são publicadas, estão no gabinete do oficial de dia e estão disponíveis para todos. Portanto, havia múltiplas formas de informar e, portanto, sim, informámos, a vários níveis, e eram várias entidades.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, na sua ação de comando que verificações é que fazia de que essas regras eram cumpridas?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — No caso dos paióis, como disse já, não tinha de ir, mas cheguei a ir lá várias vezes e falava com as pessoas, desde o comandante da guarda até ao militar, falava com eles, não só nos paióis como, muitas vezes, quando saíam do serviço, até para sentir o que lhes ia na alma, porque o serviço não era fácil.

Como já terá sido aqui referido, as condições de alojamento não eram as melhores e era, de facto, uma missão que fazia com que houvesse um *stress* elevado face à importância da missão.

Além disso, havia um controlo que o oficial de dia... Portanto, a força estava sob controlo do oficial de dia e da secção de operações que supervisavam o que se passava ou não se passava.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, considera ou não grave que o oficial de dia, por exemplo, desconhecesse que o sargento da guarda dos paióis nacionais de Tancos e o que era essa guarda estava sob a sua responsabilidade?

E se o oficial de dia dissesse que desconhecia as regras e que não sabia, sequer, que elas estavam afixadas no gabinete do oficial de dia?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — O oficial de dia tem obrigação de conhecer as NEP do Regimento, o que não são, necessariamente, as REP das instalações dos paióis nacionais de Tancos, e as forças que estão, ou não, sob o seu — não vou dizer comando —, controlo, porque, neste caso, a entidade responsável pela segurança era o UAGME mas estavam sob o controlo do oficial de dia. E o oficial de dia apoiava essas forças, naquilo que fosse preciso. Portanto, não compreendo que o oficial de dia não conhecesse essas normas.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas considera grave?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sim. Para se desempenhar um serviço temos de saber quais são as normas que regem esse mesmo serviço; sobretudo naquilo que pode interferir diretamente connosco, é grave não se conhecerem essas normas.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Diga-me o seguinte: estando previsto que a guarda aos paióis seja desempenhada por oito militares, se apenas lá estiverem seis, e houver dois que não estejam lá presentes — que estariam obrigados a estar presentes —, essa atitude também é grave?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Se estiverem dois?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Se estiverem ausentes, se não estiverem no local.



O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Bom, o detalhe da ação de segurança no interior das instalações dos paióis nacionais é do comandante da guarda aos paióis. Ele tem de avaliar, em cada momento, quem pode ou não pode dispensar, por exemplo, para o almoço. Os senhores têm os documentos. À data, havia dois turnos, que se revezavam entre si, para almoçar.

Portanto, nesses momentos, tinha de haver reorganização das equipas para se poder fazer isso. Se houvesse algo que obstasse, obviamente, era informado o oficial de dia e o almoço era lá levado, em vez de irem à unidade — estamos a falar de uma distância muito curta.

No fundo, depende da avaliação feita em cada momento e não lhe consigo dar uma resposta genérica.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Então farei essa pergunta de forma específica: era normal que nessa noite, em que ocorreram os factos, apenas estivessem seis militares e que houvesse dois que se tivessem ausentado?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sr. Deputado, não tenho conhecimento de que, nessa noite, houvesse militares ausentes das instalações dos paióis nacionais de Tancos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, sabe que temos acesso aos procedimentos disciplinares e ao que foi a responsabilização de alguns militares por esses factos.

Pode explicar-nos, então, se era prática comum o que foi descrito em relação à atividade no serviço dos paióis nacionais de Tancos, em que há quem chegue a dizer que a ideia que havia era de que o serviço era para dormir?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sim.

O Sr. Deputado está a referir-se ao processo de averiguações.

Nesse processo de averiguações é referida uma situação em que há um militar que foi chamado pelo oficial de dia para dar apoio numa determinada atividade, na esfera do oficial de dia. Mas antes, também está aí descrito que foi falado com o sargento da guarda, para ver o impacto ou não por ele se ter ausentado.

Não me lembro dos detalhes todos, mas estamos a falar de cerca de duas horas. Quanto à segunda parte, peço desculpa...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Estamos a falar de alguém que descreve a atividade nos paióis nacionais de Tancos como sendo...

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sim.

Bom, o processo de averiguações ocorreu exatamente para averiguar o que é que se teria ou não passado. Foram inquiridos um conjunto de militares e, de facto, houve militares que teceram esse comentário.

Mas a informação que tinha é de que não era assim, que era feito de acordo com aquilo que era previsto e de acordo com aquilo que era indicado.

De qualquer forma, esse universo é um universo de cerca de 15 a 20 militares, de um universo de cerca de 150 que faziam o serviço, praças mais uns cerca de 50 sargentos.

Portanto, não quero generalizar, nem acredito que essa fosse a generalização.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — O Sr. Coronel, quando, de vez em quando, se cruzava com os militares que tinham estado

de guarda aos paióis, nunca se apercebeu de que fosse assim que as coisas se passavam nos paióis?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Não, não.

Antes recebia queixas da dificuldade em fazerem o serviço e da exigência que o serviço tinha.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, aquilo que temos, em termos de indicações, é que as rondas eram feitas de forma apeada ou motorizada.

O Sr. Coronel sabia que, nesta altura, não havia, sequer, uma viatura nos paióis para fazer a ronda motorizada?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sabia.

Portanto, os paióis... Havia sempre... Deixe-me corrigir.

Havia sempre uma viatura para apoio aos paióis, ao serviço dos paióis nacionais de Tancos, podia era estar dedicada ou não estar dedicada.

No mínimo, sete vezes por dia a viatura ia lá, quer para os movimentos de entrada e saída de militares, quer para os movimentos de alimentação, quer... Portanto, estas eram as idas normais. Em caso de necessidade, por qualquer situação que o sargento da guarda entendesse como necessária, em contacto com o oficial de dia, o oficial de dia disponibilizava a viatura ou pedia a alguém que a disponibilizasse, uma vez que, quando ocorria o serviço aos paióis nacionais, esse serviço era prioritário. O mesmo se aplica às rondas.

As rondas eram... Nós incentivávamos as rondas apeadas, pelo que já referi. No entanto, também havia rondas motorizadas e se, por qualquer situação, houvesse um momento em que não estivesse lá a viatura e fosse

necessária uma viatura para fazer uma ronda, ou qualquer serviço, era solicitada ao oficial de dia.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, mas com base na informação que temos, neste período não havia lá sequer uma viatura para fazer essas rondas, não é?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Não havia lá uma viatura dedicada. Também no processo está explícito que as rondas podiam ou não ser motorizadas consoante havia ou não viatura. Mas o não haver viatura, era uma viatura lá, parada, em permanência.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Pois, Sr. Coronel, é que a viatura não deveria estar parada, deveria estar a fazer as rondas.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sr. Deputado, o perímetro exterior dos paióis nacionais de Tancos, tem cerca de 2700 m, por aí. O perímetro interior, que dá acesso a cada um dos paióis, tem uma distância um bocadinho superior, 3 km. Portanto, a ronda apeada era privilegiada por nós, porque entendíamos que era um fator dissuasor mais eficaz do que uma viatura, que se ouve, ao longe, aproximar, e que, portanto, permite reação. Era isso que fazíamos.

O Sr. Deputado parece-me estar a assumir que a viatura estava lá e que estava a fazer, enfim, piscinas constantes, ou oitos, ou o que fosse, não era essa a nossa filosofia de segurança. Não era essa. Era, como disse, privilegiar as rondas apeadas, e era isso que fazíamos.

Nesse conceito, o facto de estar lá uma viatura dedicada ou não, não interferia com a eficiência da ronda, uma vez que, nas voltas — em sentido

lato — que o comandante da guarda entendia fazer com viatura, a viatura lá estava e aparecia.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, mas a informação que nos chega é de que as rondas não foram efetuadas, nem as motorizadas, nem as apeadas.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Bom, a informação que os senhores têm, e que também tenho, é de que a última ronda terá ocorrido no início da noite do dia anterior. Mas estamos agora a falar do dia, na noite de 27 para 28, não estamos a falar na generalidade, ou estamos?

A situação genérica é: havia rondas e havia a viatura quando era necessária. No mínimo, sete vezes por dia, estava lá a viatura, para aquilo que o sargento da guarda entendesse que a devia usar.

Naquele dia, enfim, as averiguações que foram feitas ao nível do Regimento, de facto, indiciam que houve um período sem rondas. Mas não é a questão de serem montadas ou não montadas. Não houve rondas.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas, já agora, Sr. Coronel, diga-me uma coisa: os *Unimog* 1300, é suposto terem luz de marcha-atrás?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Se é suposto os *Unimog* 1300 terem luz de marcha-atrás?

Bom, é suposto terem piscas, é suposto terem travões, não é suposto... Não é que não é suposto, a questão é... É suposto terem luz de marcha-atrás? Sim, é suposto terem luz de marcha-atrás.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, é que foi dito pelo responsável das oficinas, que a justificação que foi dada, de que os *Unimog* 1300 não tinham luz de marcha-atrás para estarem operacionais, não era uma justificação aceitável, porque, sendo uma viatura logística e militar, não teria de ter luz de marcha-atrás. E que as justificações que foram dadas para considerar que a viatura estava inoperacional não eram aceitáveis.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sr. Deputado, não me lembro de todos os detalhes do processo de averiguação, mas aquilo de que me recordo, é que a justificação terá que ver com quatro piscas. Portanto... Não sei se se refere...

Há vários processos de averiguação e, para já, não sei a qual é que se refere. O único de que me lembro, de referência a luzes, é dos quatro piscas, mas em que os piscas para a esquerda e para a direita funcionavam e os de marcha-atrás estavam a funcionar. Havia um problema com quatro pistas e uma folga na direção.

Portanto, é disso que estamos a falar, Sr. Deputado?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Diga-me o Sr. Coronel. O facto é que, depois, o argumento é: não há viatura para fazer as rondas. Portanto, por isso, as rondas, depois, não eram feitas.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sr. Deputado, mas estamos a falar da mesma viatura... Se estamos a falar da mesma coisa, da mesma viatura que terá feito os outros serviços todos que era necessário fazer...

Sr. Deputado, não houve... As viaturas, obviamente, não são viaturas que... Aliás, o Sr. Deputado leu o meu relatório de posse de comando e sabe a idade média das viaturas. Não são, de facto, viaturas acabadas de sair do

*stand*, mas, com bastante esforço, vamos mantendo as viaturas. Infelizmente, muitas vezes, com uma deficiência aqui outra além, mas são essas viaturas que nos permitem desempenhar as funções que desempenhamos, fazer os trabalhos em apoio de forças militares, em apoio de entidades civis, como fazemos, mas que, aqui e além, não têm as condições ideais.

Mas não estou em condições de entrar em detalhes sobre se, de facto, estamos a falar de piscas ou de luzes de marcha atrás.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, o que não quero nestas perguntas é cometer nenhuma injustiça e, para não cometer nenhuma injustiça, o que estou a perguntar ao oficial responsável pelo comando desta unidade o que é que são justificações razoáveis e o que é que não é razoável quando estamos a falar de saber se militares cumpriram ou não cumpriram o seu dever militar, nomeadamente fazer as rondas.

Tanto que houve processos de averiguação e, tanto quanto sabemos, houve dois miliares que foram punidos — um sargento e um cabo — e mais ninguém foi responsabilizado na sua unidade por o que quer que seja que tenha acontecido.

Por isso, temos de saber como é que podemos apurar estas responsabilidades, porque se há um oficial de dia que tem de fazer rondas e não faz rondas, que tem de conhecer regras e não faz regras, que o Sr. Coronel nos diz que é grave, se temos um oficial de operações que tem a responsabilidade de verificar isto, se temos o Sr. Comandante que tem a responsabilidade de comandar esta unidade e é responsável pela disciplina na sua unidade, o que queremos perceber, sem cometer injustiças, é o que é que é razoável e o que não é razoável.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — O Regulamento de Disciplina Militar, que está aprovado e sob o qual nos regemos, contempla

nas competências de um coronel comandante de regimento penas desde a repreensão simples até à suspensão de serviço.

Portanto, a aplicação dessas penas reveste-se de uma avaliação, obviamente sempre subjetiva de quem avalia, sob proposta, vendo o relatório final do oficial averiguante, em termos do ato em si que está a ser avaliado, e a decisão pode abarcar vários tipos de penas.

De facto, sobre as averiguações, não sobre o roubo, porque quanto ao roubo estamos noutra patamar, mas sobre eventuais não cumprimentos de NEP de normas de serviço, houve três punições: uma repreensão agravada e duas penas de proibição de saída. Portanto, não foram só duas penas, mas, sim, três.

A medida das penas foi aquela que foi entendida como adequada, uma vez que a história das pessoas não começou no dia 27 ou 28 de junho de 2017. Portanto, há atenuantes, há agravantes e o comandante tem de jogar com isso tudo e foi o que eu fiz.

Sobre os outros fatores, sobre as avaliações foram feitas, obviamente que foram robustecidas uma série de normas, de NEP internas e foram criadas outras NEP internas, mas não foi possível relacioná-las com a ocorrência em concreto.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, com que periodicidade é que era procedida a desmatação do terreno no interior do perímetro dos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Que eu saiba, não havia uma periodicidade fixa.

As instalações dos Paióis Nacionais de Tancos pertenciam à Unidade de Apoio Geral de Material de Engenharia e os apoios que prestávamos eram a pedido. Na Unidade há canais próprios, há formas próprias de o fazer e, de



facto, no início de 2017, foi-nos solicitado esse apoio, a entidade que tinha de aprovar ou não o apoio aprovou-o, disponibilizou recursos que são necessários para esse tipo de apoio e, nós, em 2017, estávamos a desmatar, na altura em que ocorre o incidente estávamos a apoiar a Unidade de Apoio Geral de Material de Engenharia na desmatação do terreno.

O terreno tinha sido desmatado dois anos antes e, na generalidade da zona, a vegetação não era significativa, exceto na zona sul onde a vegetação já tinha alguma dimensão e, por isso, a nossa primeira intervenção foi na zona sul e, depois, na zona leste.

De qualquer forma, esse apoio em desmatação era, e tem sido, com equipamento pesado de engenharia, porque é essa a atividade para a qual nós estamos vocacionados e os nossos equipamentos pesados foram lá e, mais uma vez, como em outras no passado, fizeram a desmatação.

Na altura em que ocorre o incidente, estávamos a cerca de 60% do trabalho.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, o Sr. Chefe de Estado-Maior do Exército na altura, Sr. General Rovisco Duarte, disse-nos e cito: «Há ali desleixo e isto é comandante, Sr. Deputado. Com todo o respeito, isto é comandantes. As ervas cresciam por todo o lado. Isto, para mim, é comandante.»

Revê-se nesta descrição do Sr. General Rovisco Duarte de que houve desleixo?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Bom, o que lhe posso transmitir é que nós, para além dessa desmatação feita com equipamento pesado, quando nos calhava o tal mês em que fazíamos segurança, fazíamos alguma desmatação manual, por assim, dizer, na área A dos paióis, ou seja, na zona onde há os alojamentos.

Para além disso, não posso elaborar mais, uma vez que, naquilo que afetava diretamente o serviço, havia essa atividade da nossa parte quer com equipamento pesado quer com equipamento manual. Para além disso, não posso elaborar mais, uma vez que a unidade não era minha, as instalações não eram minhas.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — O Sr. General Rovisco Duarte, quando o exonerou temporariamente, teve alguma conversa consigo? O que é que lhe transmitiu nessa conversa?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — O Sr. General Rovisco Duarte, Chefe do Estado-Maior do Exército, falou comigo telefonicamente, sábado, dia 1 de julho, e, depois, cara a cara, pois fui mandado apresentar-me no gabinete do Sr. General Chefe, na segunda-feira, dia 3 de julho.

Ele disse-me que me ia exonerar, porque, com os dados que ele tinha, entendia que aquela era a decisão que melhor satisfazia o exército naquele momento. Perante isto, pus-me à disposição, pois foi ele quem me nomeou e, obviamente, pode nomear-me ou desnomear-me quando entender — é uma das prerrogativas do General Chefe de Estado-Maior do Exército.

Na segunda-feira a conversa foi do mesmo teor e referiu-me também que uma das razões para a exoneração era criar condições para que os processos de averiguações que ele tinha mandado instaurar decorressem com normalidade e com transparência.

Foi, essencialmente, isto que ele me transmitiu.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Não lhe explicou por que razão é que era a melhor solução para o exército? E se era temporária ou não esta exoneração?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Não. Disse apenas que com os dados que dispunha entendia que aquela era a melhor modalidade de ação para o exército.

Referiu-me também que, após os processos de averiguações, se esses processos não indicassem qualquer culpabilidade da nossa parte, contava connosco para reassumirmos o cargo, mas isso após o término dos processos de averiguações.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Portanto, o processo de averiguações era para ser célere, era para ser 15 dias, e, por isso, foi renomeado imediatamente a seguir. Não é assim?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Confesso que não me foi referido... Célere sim, foi referida que a intenção era serem efetuados processos de averiguações céleres, mas não me lembro de me terem sido referidos dias, ou semanas...

É, essencialmente, isto que tenho a dizer.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas ficou convicto de que, na sequência desse processo de averiguações, seria renomeado?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Um acontecimento destes não o recordo todos os dias. Aliás, este é um acontecimento para o qual não estamos preparados e que abala profundamente, não só uma instituição como as pessoas que estão mais diretamente envolvidas com o incidente em si.

Confesso que, na altura, a minha preocupação era tentar visualizar tudo o que estava para trás para ver se, eventualmente, identificava alguma coisa onde eu pudesse ter feito mais, ou onde eu pudesse não ter feito algo que era obrigação minha fazer.

Portanto, eu não estava muito preocupado se era para depois ser renomeado se não era, porque, de facto, o ato, em si, absorveu-me completamente e isso era secundário, porque o importante era o que tinha acontecido e o que tínhamos de fazer para que não voltasse a acontecer.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — O Sr. Coronel acabou de dizer: «um acontecimento para o qual não estamos preparados». Não deveriam estar preparados para este tipo de tentativas?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Não, não estamos preparados no sentido em que... Ou melhor, estamos preparados fisicamente, estamos preparados militarmente, estamos preparados em termos de postura e de TTP (Técnicas, Táticas e Procedimentos), mas, em termos da dimensão que o caso assumiu e da envolvência que o rodeou, não é uma coisa com que se lide todos os dias.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Portanto, o Sr. Coronel não sente que tenha falhado no seu comando por os seus paiolins terem sido assaltados e por isso ter sido no seu tempo de guarda desses mesmos paiolins?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Há um facto que é inegável: o Regimento de Engenharia n.º 1 tinha a missão de garantir a segurança daqueles paióis durante um mês.

Nós começámos a 12 de junho e a 12 de julho íamos entregar, como entregámos, a outra força e, portanto, no dia 12 de julho quando o entregámos verificámos que tinha havido uma intrusão. Não cumprimos a missão a 100%. Isso é um facto, senão, não tinha havido intrusão.

Agora, em termos de falha, houve um processo de averiguações ao nível superior e não se me ocorre dizer mais nada, porque o processo de averiguações ditou o que ditou e, em termos da ação desempenhada por aqueles militares naquele dia, se é possível relacionar diretamente com o facto eu ainda não tenho dados que me permitam afirmar isso.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, com toda a franqueza, este incidente aconteceu no seu tempo. Já foram ouvidos nesta Comissão camaradas seus que se consideraram, de alguma forma — não utilizaram exatamente esta palavra —, injustiçados e que a situação teria até causado perturbação à família.

Nos processos de averiguações feitos pelo Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército não é apontado um único responsável. Não estranha que assim seja? E, terminando esta minha pergunta, o Sr. General Rovisco Duarte, para além de não ter apontado responsáveis nestas averiguações, quando o propôs para o curso de promoção a general, teve também alguma conversa consigo, ou não?

O Sr. Cor. Eng **João Paulo de Almeida**: — Não. Portanto, fui informado da minha nomeação pelo presidente do conselho da arma de engenharia e, depois, pelo meu comandante — já não sei qual foi a ordem — e, nesse momento, o Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército, não teve nenhuma conversa comigo.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

Segue-se o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria, naturalmente, de começar por cumprimentar o Sr. Coronel João Paulo de Almeida e agradecer as suas respostas.

Vou tentar não repetir as questões, mas centrar-me naquilo que, essencialmente, disse para que a Comissão possa perceber a plenitude das suas declarações.

Referiu que, em relatórios mensais, portanto, sempre que deixava o serviço de segurança, reportou superiormente as insuficiências, as degradações. A determinada altura foi-lhe perguntado: «O que é que falhou? Falharam as condições físicas que eram muito degradadas, sem condições materiais para prevenir eventos como o que aconteceu ou falharam os militares que estavam na ronda?» Não respondeu ou, pelo menos, não respondeu de uma forma taxativa.

Gostaria de voltar a perguntar-lhe: o que é que falhou? O que é que contribuiu, fundamentalmente, para o furto que ocorreu?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — As barreiras físicas que existiam certamente falharam porque foram, enfim, cortadas. Se o facto de ter havido mais ou menos rondas concorreu para a materialização do evento, isso não sei, porque, enfim, por hipótese, poderá haver rondas de meia em meia hora e na meia hora em que não há pode ocorrer um assalto. Portanto, não consigo estabelecer uma relação causa-efeito entre um período anormalmente longo sem rondas e a intrusão.

Enfim, esperemos que as autoridades competentes nos tragam luz nos próximos tempos.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Fazendo a pergunta de outra forma, face às condições materiais das instalações, nomeadamente, a ausência de sensores, de videovigilância, a degradação das torres de controlo, falta de

comunicações, falta, até, de estrutura física de vedação, considera que os oito homens colocados ao serviço da vigilância daquelas instalações eram suficientes, ou não, para cumprir minimamente as condições de segurança de instalações com aquela sensibilidade?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Oitos homens era o número que estava definido, suponho que desde 2007.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Coronel, nós sabemos que o número desses homens está estabelecido desde essa altura.

Considera que oito homens para 40 hectares, com estas condições de degradação, chega ou não?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — De 27 para 28 não chegaram. Até lá tinham chegado. A seguir ao dia 28, foi aumentado o número de militares. São factos.

Se eu considero que chegam ou não... Existem entidades superiores a mim, no Exército, que fazem uma avaliação do risco *versus* ameaça e que estabelecem as condições para ser feita determinada missão de segurança. Tudo o que possa dizer para além disso seria estar a conjeturar e não me parece que seja esse o objetivo.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Coronel, os militares, todos eles, desde o praça ao general, aceitam as missões acriticamente, sem ponderação das condições objetivas para o cumprimento da missão? Sim ou não?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sr. Deputado, conforme já disse, nós constatámos as condições em que se encontravam as instalações,

fazíamos relatórios diários e informávamos quem tínhamos de informar sobre as condições físicas das instalações.

Para além dos relatórios formais, havia interações relativamente àquela situação. Para além dos relatórios periódicos, naquilo que me diz respeito e que diz respeito ao Regimento que comandava, foi enviada outra documentação.

Sr. Deputado, não tenho mais nada a acrescentar sobre o assunto.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Coronel, mas nós temos um problema. É que toda a gente reportou os factos para a estrutura superior, e cá estaremos para questionar os responsáveis de duas e três estrelas sobre essa matéria, mas, Sr. Coronel, a pergunta é: não deveria ter havido uma decisão, do ponto de vista da estrutura militar, do seu comando, ou superior hierárquico, a informar que não havia condições objetivas, com oito homens, para assegurar a segurança daquelas instalações?

Parece-me evidente, Sr. Coronel, que, numa instalação com aquelas condições, com oito homens para 40 ha, não haveria condições mínimas para estabelecer a segurança daquelas instalações, por muito que fizessem as rondas, sucessivamente.

Considera que assim era? Sim ou não?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sr. Deputado, eram as ordens que nós tínhamos.

Para o cumprimento de uma missão, em princípio, queremos sempre mais meios, queremos sempre mais homens. Se eu estabelecer comparações com outros tempos, se estabelecer, como disse já, comparações com os anos 90, tínhamos então à volta do dobro de homens. Mas estamos a falar de serviço militar obrigatório. Agora, estamos a falar de serviço voluntário e de contrato. São realidades diferentes.



Estava determinado assim. Nunca tinha havido nenhuma intrusão, não havia qualquer indício de ameaça, pelo menos de que nos tivesse chegado a nós, e, portanto, a missão era cumprida com os meios que havia e conforme era definido.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Coronel, mas podemos depreender, com facilidade, que não houve nenhum furto antes por sorte, porque nunca ninguém tentou. Esse não é um argumento válido, Sr. Coronel. Lamento, mas não é.

Não estou a dizer que o Sr. Coronel é o responsável pela avaliação desse risco. Estou a perguntar é se, face ao cenário que estava montado, a estrutura militar, deveria ter tido, ou não, a coragem de dizer: «Não asseguramos a segurança destas instalações porque, objetivamente, com estas condições materiais, não a conseguimos acautelar».

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sr. Deputado, o que eu constatei é que estavam a ser feitas obras para melhorar as condições. Tardias ou não — hoje sabemos que o foram —, mas a verdade é que uma das alas dos paióis já tinha um elemento estrutural, portanto, uma proteção física, completamente diferente, nova e com, enfim, bastante resistência comparativamente àquilo que lá estava.

Havia obras a decorrer no interior dos paióis para melhoria das condições. Portanto, algo estava a ser feito. Não foi feito com...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Também podemos dizer que essas obras precipitaram o furto, que podia estar a ser planeado, sabendo-se que se estavam a alterar as condições físicas.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Podemos fazer uma série de associações...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Não acrescenta nada, Sr. Coronel. Passando a outra questão: o furto foi detetado às 16 horas e 30 minutos. O Sr. Coronel foi informado às 17 horas e 30 minutos, segundo o que nos disse. Mas estima-se que o furto tenha sido realizado na noite de 27 para 28.

Como é que o Sr. Coronel justifica que, tendo sido o furto realizado na noite de 27 para 28, apenas tenha sido detetado às 16 horas e 30 minutos do dia 28?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sr. Deputado, não se sabe a que horas é que ocorreu o furto. Não se sabe. O facto de só ter sido detetado às 16 horas e 30 minutos do dia 28... Foi numa das rondas que foi detetado.

Agora, quantas horas passaram, em rigor, não sabemos, porque não temos dados sobre a hora exata do roubo.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Claro que não temos, mas, naturalmente, estas coisas não se fazem à luz do dia. Portanto, partindo do pressuposto que o furto foi feito durante a noite — imaginemos um cenário em que o furto ocorreu às cinco da manhã —, como é que é possível não ter sido detetado até às 16 horas e 30 minutos? A que horas foi feita a última ronda naquele dia?

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — No dia anterior!

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Portanto, os processos de averiguações que foram levantados apontam como tendo sido feita a última

ronda do serviço anterior no início da noite desse dia e a primeira daquele dia na tarde desse dia.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — O que me está a dizer é que a última ronda do dia 27 foi ao início da noite e que, depois, uma ronda posterior teve lugar ao início da tarde do dia seguinte?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Os dados que temos indiciam esse facto.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Não é tempo de mais sem estar uma ronda em curso?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — É.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Esse comportamento violou ou não as NEP que estavam instituídas?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — A NEP não definia o número de rondas e a periodicidade das rondas. Como disse do antecedente, a indicação que dávamos nas reuniões é que se fizesse o maior número de rondas possível com os meios que existiam e com os homens que havia.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Não nos retira nenhum incómodo relativamente à preocupação que isso suscita.

O Sr. Coronel diz que, depois do furto, foi aumentado o número de homens disponíveis para a segurança das instalações. Porque é que foram aumentados?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Na reação imediata, foram aumentados porque tínhamos dois paióis com as portas abertas. Tinham sido forçadas. Posteriormente, recebemos ordem do escalão superior de que deveríamos aumentar os efetivos que estavam diariamente disponíveis para efetuar rondas.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Coronel, quer dizer que mesmo com as portas fechadas, os oito homens foram considerados insuficientes e houve um reforço do dispositivo dos recursos humanos disponíveis.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Exato, *a posteriori*, foram refeitas as normas de execução permanentes, foram estabelecidos novos procedimentos e foi aumentado o número de militares a garantir a segurança, diariamente, nas instalações dos Paióis Nacionais de Tancos.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Quem é o responsável por essa decisão?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Foi o Comando das Forças Terrestres.

*Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.*

Se me permite, há um primeiro momento em que a reação é do Regimento de Engenharia n.º 1, porque eramos nós que estávamos, de facto, no terreno. Portanto, por iniciativa própria, reforçámos os efetivos e há um segundo momento em que o escalão superior dá a ordem e, pronto, no fundo, continuou o reforço dos efetivos que nós tínhamos de imediato assumido.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Portanto, é o Comando das Forças Terrestres que decide, até ao furto, que oito homens são suficientes para garantirem a segurança daquelas instalações e que, depois do furto, decide aumentar o número de homens disponíveis para a segurança daquelas instalações.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sim. As normas que havia, as indicações que nós tínhamos e a quantidade de efetivos foi definida por esse Comando.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Coronel, o Grupo Parlamentar do PCP desde a primeira hora disse que as punições não podiam ficar por um cabo ou por um praça, num evento desta natureza. Não me refiro a si no plano concreto — esse apuramento das responsabilidades, com certeza que ocorreu. Também entendemos que o problema não é da viatura a, b ou c ou das rondas. Entendemos que o problema é muito mais grave.

O problema é de toda uma estrutura que foi comunicando hierarquicamente problemas estruturais de segurança daquelas instalações e em que ninguém — absolutamente ninguém — teve a coragem de bater com o pé e de dizer «meus senhores, basta! Não asseguramos as instalações, encerrem-se os Paióis Nacionais de Tancos porque não temos condições para assegurar a sua segurança».

E a ausência deste comportamento, numa estrutura hierarquizada que tem como objetivo planificar missões, é particularmente grave na nossa opinião. Portanto, pergunto-lhe se acha concebível que uma estrutura que tem como obrigação fundamental planear as missões, adequar os meios, analisar os riscos não tenha conseguido prever ou precaver o incidente, e,

por outro lado, não tenha tido a coragem de dizer que não tinha condições para o fazer.

A minha pergunta é mesmo esta: como é possível que as punições se tenham ficado pelo praça e por um cabo e não tenham chegado à estrutura superior do Exército, em que, literalmente — permitam-me a expressão, de alguma forma, figurativa —, «cabeças tinham de rolar», responsabilidades tinham de ser assacadas por quem não tomou as medidas concretas. Peço-lhe um comentário sobre isto, se entender adequado.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Quanto à questão das condições, e falo por mim e pelo Regimento, nunca fizemos nem tínhamos de ser nós a fazer a proposta de fechar os Paióis Nacionais de Tancos, uma vez que nem sabíamos, de facto, o que estava em jogo, a quantidade de explosivos e de munições, locais alternativos, portanto, não tínhamos esses dados.

Por outro lado, o nosso esforço, do Regimento e da minha pessoa, era que fossem colmatadas as deficiências que tinham já sido sobejamente identificadas, porque aqueles Paióis são dos melhores que tínhamos, com instalações feitas de raiz para isso, com condições de segurança, raios de segurança, taludes refletores do melhor que havia nos anos 80 e que, enfim, com relativamente pouco investimento se punham com características do século XXI.

Portanto, o meu esforço, o esforço do Regimento de Engenharia n.º 1 não era dizer — nem nunca me passou pela cabeça — «fechem os paióis», era, sim, e fi-lo várias vezes, «resolvam-se os problemas da segurança física que estes paióis têm; montem-se as barreiras físicas que são adequadas aos critérios de segurança do século XXI; montem-se as instalações complementares como já tinham tido no passado; adaptem-se as instalações no que houver a adaptar», porque há coisas que, de facto, enfim, a tecnologia

evolui e é possível fazer coisas muito melhores do que as que tinham sido feitas nos anos 80, mas, de facto, aqueles paióis, aquela instalação física tem todas as condições para ser paióis.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Então, desde a década de 80, quem é que anda a empurrar o problema com a barriga?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sr. Deputado, eu...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — O Sr. Coronel diz que nos anos 80 as instalações eram boas, começaram a degradar-se. Naturalmente — e confio nisso — que as estruturas de Comando, nomeadamente as base, reportaram superiormente. Então, quem é que não tomou a decisão, das duas, uma, ou de melhorar as instalações, no plano imediato, ou de encerrar caso as condições não sejam as adequadas. Alguém tem de ser responsável por esta decisão e não é o Sr. Coronel, mas também não é o praça e o cabo, que levaram o processo disciplinar.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sobre quem devia ter tomado a decisão, nós informámos quem tínhamos de informar e, como já disse, alguma coisa estava a ser feito a uma velocidade inferior à desejada.

No meu entendimento, o papel do Regimento era e foi, de facto, alertar e fazer com que fossem dadas condições àquelas instalações. A questão das punições que houve não teve que ver com as condições ou não condições, teve que ver com o não cumprimento de normas específicas nas quais entendemos que eles deviam ter cumprido.

Como já tinha aqui dito, as punições não têm nada que ver, por assim dizer, com o roubo, porque não tenho nada que consiga relacionar que o facto de se ter feito isto ou aquilo, ou a mais ou a menos, teve uma relação direta

com o roubo, porque, então, cai no campo criminal. As punições tiveram que ver com aspetos disciplinares.

Sobre aquilo que aconteceu na minha esfera de influência foi o que o processo de averiguações detetou e que, enfim, eu dei seguimento sobre processos disciplinares naqueles que entendi, noutras situações mandei arquivar, como os Srs. Deputados têm ao vosso dispor. Acima de mim não estou em condições de acrescentar, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Coronel, realmente, com a nossa intervenção, nós não queremos dizer que o apuramento de responsabilidades também não deva ser feito nos escalões mais baixos da hierarquia, mas convirá dizer que a responsabilidade não termina aqui — e não estou a dizer que a responsabilidade é sua — agora, não se consegue compreender o comportamento de uma estrutura hierarquizada que, face a isto, não tenha assumido as responsabilidades, quando o deveria ter feito. Mas cá estaremos para essa parte da discussão.

Uma pergunta já sobre a fase da investigação pós-furto: depois do furto, continua a ser a sua unidade a assegurar a segurança daquelas instalações?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sim. O furto ocorre algures entre 27 e 28. Estávamos sensivelmente a meio do período de um mês que tínhamos iniciado a 12 de junho e que, conforme o planeamento, continuou até 12 de julho de 2017. Depois ainda voltámos a fazer em outubro, de 15/16 de outubro até...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Durante essa fase, que instruções recebeu relativamente ao acesso aos paióis que foram furtados, quem teve acesso aos mesmos, do ponto de vista de investigação criminal, e se houve



limitações nesse mesmo acesso a entidades que fugiam desse patamar de acesso que foi definido superiormente.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Quanto aos paióis cujas portas foram violadas houve uma primeira verificação que não chegou, enfim, a entrar nos paióis, que foi a verificação inicial de que havia, de facto, fechaduras violadas, portas abertas ou fechadas, consoante a situação, e foi logo estabelecido um perímetro de segurança para que ninguém mexesse nos paióis, uma vez que entendíamos que poderia haver ali provas e indícios que nos levassem à solução de quem tinha sido e à resolução do incidente.

A Polícia Judiciária Militar foi lá várias vezes, não sei se a Polícia Judiciária... Porque, entretanto, como fui exonerado, houve dias em que não sei o que se passou, suponho que a Polícia Judiciária tenha ido, mas não sei. E a determinada altura foi-nos dada indicação de que podíamos assumir novamente o controlo daqueles paióis, daquela estação física, daqueles dois edifícios. Foi assumido o controlo desses edifícios, foram substituídas fechaduras, foi feito o que havia a fazer para voltar a colocá-los em condições de operarem como paióis.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, precisava ainda de uma clarificação.

O Sr. **Presidente**: — Se é uma clarificação, faça favor.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Gostaria de saber se o Sr. Coronel recebeu instruções claras relativamente a quem é que podia aceder às instalações nesse período, sim ou não? Se recebeu, quem é que estava autorizado a aceder às instalações?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Peço desculpa, Sr. Deputado, mas a pergunta é: quem é que podia aceder às instalações todas?

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Aos paióis furtados.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — O que eu sei é que houve ali dois, três dias, quatro, não me lembro ao certo, que nem nós podíamos aceder a eles, porque eram um local de provas, e, depois, o acesso... Os paióis estavam a ser guardados por nós e foi atribuída, de novo, ao Regimento de Engenharia n.º 1 a liberdade, digamos assim, de poder usar esses paióis, cuja acessibilidade está definida numa norma interna... Portanto, o Comandante do Pelotão de Depósitos, Oficial de Logística, Oficial de Segurança, quatro ou cinco entidades que têm acesso aos paióis, mas que eram as mesmas entidades do Regimento que já...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Entidades muito específicas, logo a seguir ao furto.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — No período imediatamente a seguir ao furto houve ali três, quatro dias em que qualquer acesso tinha de ser na presença da Polícia Judiciária Militar ou da Polícia Judiciária e, portanto, não tínhamos liberdade de acesso a esses paióis.

O Sr. **Presidente**: — Para encerrar a primeira ronda — agora sim —, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Cumprimento o Sr. Coronel João Paulo de Almeida e permita-me que, em nome do Grupo Parlamentar

do PSD, lhe dirija não apenas os cumprimentos, mas que lhe sublinhe, não só pelo Sr. Comandante e pelo seu *curriculum*, pela sua folha de serviços, a enorme consideração que o Grupo Parlamentar do PSD tem sobre o Regimento de Engenharia n.º 1 de que os Sr. Coronel foi comandante.

Independentemente de tudo o que tenha acontecido, nós não podemos esquecer que estamos a lidar com um Regimento que prestou relevantes serviços ao País, tal como a generalidade das Forças Armadas portuguesas.

Também sublinho isto porque houve momentos — se eu quisesse gracejar, que não é, propriamente, a minha intenção — da intervenção que me antecedeu, do meu colega do Partido Comunista Português, que, a certa altura, pensei que o Partido Comunista ia exigir um *outsourcing* de segurança privada para vigiar os paióis, em vez de ser o Exército português. Com certeza que não era esse o espírito, mas, a certa altura, até fiquei um bocadinho confuso.

Temos um conjunto de relatórios e, como o Sr. Coronel referiu, relatórios mensais e relatórios diários, mas temos relatórios de inspeções que foram feitas às instalações que referem um conjunto de falhas estruturais.

Tenho aqui um relatório de 6 de julho de 2016, de uma inspeção efetuada, que refere um conjunto de falhas que são até bastante mais densas e mais numerosas do que as que temos nos relatórios anteriores. Portanto, pergunto-lhe diretamente, dado que houve aqui algumas dúvidas: o sistema de sensores e videovigilância não funcionava durante o mês em que ocorreram os factos?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sr. Deputado, os sensores, quer de pressão, quer de movimento, assim como o sistema de videovigilância, não estavam a funcionar já há algum tempo.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Já explicou que estava a ser feita a desmatção, que estaria cerca de 60% realizada. No entanto, em todos os relatórios de inspeções que nós temos a quantidade de vegetação é mencionada como um fator que perturba a segurança e não era feito nada, não havia uma lógica de remediar essa situação para que ela não aparecesse em todos os relatórios que dispomos?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Na desmatção efetuada por recurso a equipamento pesado, o Regimento de Engenharia n.º 1 tem capacidades e, portanto, estava a empregar essas capacidades no momento em que ocorre o evento, o incidente, a pedido do Comandante responsável por aquela instalação militar, que, no início de 2017, janeiro/fevereiro, contacta o Regimento no sentido de avaliar se era possível lá irmos.

Obviamente, era possível, os paióis são instalações prioritárias, pelo que foram feitos os procedimentos que era preciso fazer e avançámos para a desmatção com o equipamento pesado, porque a desmatção por equipamento à mão, por recurso manual, apenas fizemos aqui e além, nas imediações da zona onde os nossos militares estavam alojados por interferir diretamente com o campo de visão ou com o setor de observação, o que fosse.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Portanto, quando o Sr. Coronel refere os 60%, refere-se aos 60% feitos com equipamento pesado?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Com equipamento pesado porque é essa uma das nossas capacidades.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Durante esse mês, a vedação estava ou não degradada em múltiplos pontos, já que os relatórios isso nos dizem?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sim, a vedação exterior e interior estava degradada em vários pontos.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — As torres de vigilância estavam ou não, também, num estado de degradação e sem grandes condições de funcionamento?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sim, as torres de vigilância, que, suponho, eram em número de seis, encontravam-se num estado de alguma degradação e em deficientes condições de utilização, caso se decidisse utilizá-las.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Existiam ou não meios de comunicação entre a casa da guarda, os postos de sentinelas e as rondas móveis, já que, por diversas vezes, nos é apontado que estes meios de comunicação eram tão deficientes que eram praticamente inexistentes?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — No que diz respeito ao Regimento de Engenharia n.º 1, os meios de comunicação eram próprios — eram telemóveis ou rádios — e não havia, de facto, essa comunicação estabelecida.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Portanto, existiam essas deficiências estruturais, mas existiam relatórios mensais e diários. Nos relatórios diários não foi notado — pergunto, Sr. Coronel —, nada de

anormal, de especial que pudesse dar alguns sinais de inquietação ou de alerta?

O Sr. Cor. Eng.º **João Paulo de Almeida**: — Daquilo de que tive conhecimento — e tinha conhecimento de quase todos os relatórios diários —, nada foi relatado, para além daquilo que era, por assim dizer, a norma, que eram as deficiências com as vedações, com o estado das instalações, com a vegetação...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Que eram notados tanto pelo seu Regimento como por outros que também tinham a responsabilidade de fazer a guarda noutras datas?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Pelo Regimento de Engenharia n.º 1 eram notados. Pelos outros, imagino que sim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Não tem conhecimento pelos outros.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Não. Estavam lá, como estavam aquelas. A sensibilidade para as condições poderá ser diferente. As condições não mudavam quando mudava um Regimento para outro na execução do serviço de segurança aos paióis.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — As condições estruturais, certamente que não. Mas as condições de desempenho da função por cada um dos Regimentos não eram exatamente iguais ou, pura e simplesmente, não sabe como é que os demais Regimentos com essa responsabilidade

desempenhavam? Por exemplo, o lapso de 20 horas era ou não possível de existir noutros Regimentos com essa responsabilidade?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sr. Deputado, o lapso de 20 horas não era suposto existir em nenhum Regimento.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas, então, porque é que existiu, Sr. Coronel?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sr. Deputado, que existiu, existiu. Quanto ao porquê, não lhe sei dizer porque é que existiu.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas não consegue descortinar nenhuma razão por esse lapso de 20 horas?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Nenhuma razão...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Nenhuma razão objetiva, específica, elucidativa.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Não, não consigo descortinar nenhuma razão. Eram dadas instruções, era referido quer em *briefings* quer em ordens verbais que era para se fazer o maior número de rondas possível para criar um clima de dissuasão, uma vez que havia vulnerabilidades de outra ordem naquelas instalações.

Portanto, não vejo nada que explique esse lapso de tempo.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — É evidente que esta confirmação, que, aliás, foi feita aqui pelo Sr. Coronel, coloca um conjunto

de interrogações. Já houve, se me permite a expressão, alguns colegas seus que até foram muito assertivos na indicação das responsabilidades.

O Sr. Coronel de Engenharia João Manuel Pires disse que houve deficiências e que essas deficiências são da responsabilidade do Regimento de Engenharia n.º 1 — disse-o nesta Comissão.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sr. Deputado, que deficiências, em concreto?

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Por exemplo, e passo a citar, «Há uma falha da secção, há mesmo uma falha. Quando, durante 20 horas, não se faz uma ronda, não posso tirar outra conclusão a não ser que há uma falha, neste caso, da secção.»

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Há, certamente, um aspeto disciplinar relativo a isso. Agora, em termos de relação causa e efeito, repito, não consigo fazer esse relacionamento.

As normas que havia, quer escritas quer, sobretudo, neste caso, os alertas que se faziam e os *briefings* antes dos períodos de tempo em que os militares iam para o serviço, faziam com que, tudo indicava, fossem aconselhados e incentivados a fazer o maior número de rondas possível. Essa ocorrência não consigo explicá-la.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — E não consegue explicar ou, pelo menos, informar-nos se essa ocorrência de um intervalo de 20 horas no momento em que, estima-se, terá ocorrido o roubo, e não furto, terá acontecido noutros momentos, ainda que durante esse mesmo mês? Ou seja, foi um caso isolado ou, de facto, existiria ali uma rotina nesse sentido?



O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Não acredito que houvesse rotina nesse sentido. Havia instruções que eram fornecidas, havia um contacto permanente ou quase permanente entre o comandante da guarda e o oficial de dia ao Regimento.

Portanto, não acredito que fosse essa a norma. Pelo menos, aquilo que me chegava não era, certamente.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Aquilo que lhe chegava nos relatórios diários?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Nos relatórios diários, nos contactos que eu tinha com os vários intervenientes quer o próprio sargento da guarda, oficial de dia e oficial de segurança.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Nesses relatórios diários e, já agora, nos mensais, alguma vez, nomeadamente, este lapso de 20 horas foi mencionado?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Não, nunca foi mencionado em nenhum dos relatórios ou fora de relatórios.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Não há nada que faça, de alguma forma, configurar a hipótese ao Sr. Coronel de os relatórios não corresponderem à realidade? Isto é, fossem colocadas rondas no relatório que, de facto, não existiram?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sr. Deputado, o Regimento é uma estrutura hierarquizada. Há diversas responsabilidades a vários níveis. Quer em termos de relatório, quer em termos da minha

observação e da observação que os outros responsáveis da cadeia de segurança do Regimento tinham e que me chegavam via relatório ou sem ser via relatório, nunca houve qualquer indício nesse sentido. Eu acredito nas pessoas, as pessoas desempenham as suas funções o melhor que sabem e podem.

Portanto, não tenho qualquer indício que tal acontecesse.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Compreendo a sua resposta, mas compreenda também a nossa inquietação. É que, então, deve ter sido um enorme azar que a data estimada do furto aconteça exatamente quando houve um lapso de 20 horas.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sr. Deputado, o furto aconteceu. Neste momento, não sabemos...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — O roubo!

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — A intrusão aconteceu e não sabemos... Eu não sei se há uma relação causa e efeito entre este período de tempo e a ocorrência do mesmo.

Portanto, não consigo ser mais explícito na minha explicação.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Há outro aspeto que, de alguma forma, nos está a criar inquietação. É que nem todos os seus colegas, permita-me a expressão, aqueles que tiveram responsabilidades na segurança e os comandantes, têm exatamente a mesma análise. Por exemplo, o Sr. Coronel Vieira Esperança diz que os meios de segurança e de vigilância eram adequados. O efetivo, por exemplo, era aceitável. É também essa a sua visão?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Nós recebemos a missão de efetuar segurança aos Paióis Nacionais de Tancos de acordo com diretivas que havia superiormente. Essas diretivas estabeleciam indicações, por um lado, dos efetivos, e, por outro lado, dos procedimentos a ter o sargento, comandante da guarda aos paióis. No caso dos efetivos, em concreto, o n.º 8 era o que tinha sido estipulado. Portanto, um sargento, um cabo e seis soldados.

O serviço era exigente, porque, de facto, fazer as rondas com a periodicidade quase permanente ao longo de 24 horas é um serviço exigente. Mas também aí, ao fim de um mês, a Unidade passava a ser outra e, portanto, era gerível.

Obviamente, havendo um dos pilares que concorre para se obter a segurança que está mais deficitário, poderá, de certa forma, abalar todo o sistema que produz segurança, mas quem era responsável por fazer essa análise nunca nos deu indicação para alterarmos os procedimentos, nomeadamente, os efetivos.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Os meios eram aqueles que existiam e o Sr. Coronel tinha de trabalhar com eles. Não lhe vou perguntar se «batia o pé», porque normalmente, no Exército, bate-se o pé, mais propriamente o calcanhar, para efeitos quase de saudação, não propriamente como forma de protesto.

As suas preocupações, porque tinha preocupações quer sobre as condições estruturais quer sobre outras, com certeza que as transmitiu. Transmitiu-as, por exemplo, ao General Rovisco Duarte?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Os meus relatórios não sei se vão, mas, certamente, como meus relatórios não vão para o Chefe do Estado-Maior do Exército. Eu estou num nível mais abaixo. O meu

Comandante era o Comandante das Forças Terrestres. Em condições normais de outro Regimento, ainda teria uma Brigada pelo meio.

Para este efeito concreto, respondia perante a Brigada como entidade primariamente responsável para coordenar o serviço de segurança aos paióis. Agora, reportando superiormente quer a nível de relatórios periódicos, quer a nível de documentação que o Regimento fez para o escalão superior, o escalão superior certamente analisou e informou quem entendeu que seria pertinente informar.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas reportou essas deficiências? — estou a perguntar.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Se eu reporte as deficiências? Sim, reporte as deficiências. Reportava periodicamente no final de cada mês em que estávamos de serviço — e desde que eu era Comandante era o quarto serviço que fazíamos — e reportava, fora dos reportes periódicos, em documentos para reforçar essa necessidade de serem colmatadas as falhas existentes.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Se nós computarmos o relatório que foi entregue pelo Ministro da Defesa em 21 de março de 2018 e que fala, nomeadamente, em falhas de segurança, pergunto se não teme que essas falhas de segurança sejam atribuídas a si ou, melhor, à sua responsabilidade.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Importa-se de detalhar melhor?

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Há um relatório de 21 de março de 2018, do Ministério da Defesa, que diz que a causa do roubo se deveu a falhas de segurança, e enumera várias, entre as quais não são apenas as estruturais. Não teme que essas falhas de segurança venham a ser imputadas a si?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Houve processos que decorreram e se essas falhas dissessem respeito diretamente ao Regimento, eu teria sido, certamente, informado. Quanto mais não fosse para serem corrigidas.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Portanto, nunca o foram.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Explicitamente ao Regimento não. O que houve foi uma alteração de procedimentos, com novos documentos, novas normas de execução, nova postura perante eventuais intrusões, número de efetivos — isso foi. Agora, ao Regimento nunca foi imputada qualquer responsabilidade sistemática, pelo menos.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Muito bem.

Se, eventualmente, quiser partilhar, pergunto: como interveniente direto neste processo, teve alguma sensação especial quando, no dia 10 de setembro do ano transato, o então Sr. Ministro da Defesa declarou, publicamente, «pode nem sequer ter havido furto»? Não se referia a ter existido roubo, era não ter existido nada, não ter desaparecido material.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sr. Deputado, eu fui da primeiras pessoas a ir verificar e a constatar que havia paióis violados.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Portanto, pelo menos, uma sensação de estranheza deve ter tido?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — E quando o Sr. Primeiro-Ministro afirmou perentoriamente, no dia 27 do mesmo mês de setembro, que não existia responsabilidade política? Se não existia responsabilidade política, tinha de existir outra. E a outra, se dúvida nenhuma, que lhe poderia vir «bater à porta», se me permite a expressão.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sr. Deputado, não me lembro dessas declarações. Confesso que, no mês de setembro de 2017, estava mais preocupado em retomar as atividades normais do Regimento, em levantar a moral e a desmotivação que aquele acontecimento tinha originado no Regimento.

Não me lembro dessas declarações, portanto... E também são declarações do Sr. Primeiro-Ministro, não quero comentá-las.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Muito bem.

De qualquer maneira, aquando da exoneração quer do Sr. Coronel quer de outros Comandantes, o Sr. General Rovisco Duarte disse que foi para que — e isso está escrito, apesar de não ter sido esta a expressão, a ideia foi esta — não atrapalhassem as investigações e as averiguações que iriam decorrer e, praticamente 15 dias depois, voltou a renomeá-los.

Não considerou esse lapso de tempo excessivamente curto, sobretudo quando o General Rovisco Duarte a seguir disse que o assunto estava encerrado?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sr. Deputado, o Sr. General Chefe do Estado-Maior do Exército mandou abrir os processos de averiguações, os processos de averiguações foram abertos, geraram, com certeza, conclusões que lhe foram comunicadas e, perante isso, ele tomou a decisão que tomou.

Não sei se o tempo foi curto ou não, porque não tenho os dados de...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Curto foi, porque, desde que foi encerrado até agora, passou praticamente... Enfim, o tempo que nós sabemos.

Para terminar, se me permite, e porque o meu tempo está no fim, quero perguntar-lhe, à luz do que vê um cidadão comum num caso desta gravidade, com o desaparecimento de material que depois reaparece, embora não na totalidade, com Comandantes que são exonerados e 15 dias depois são renomeados, com um processo de averiguações onde esses Comandantes pura e simplesmente não têm ou não parecem ter qualquer responsabilidade, com o Chefe do Estado-Maior a declarar que o assunto está encerrado quando não está — por isso é que estamos aqui —, se não lhe parece que, de facto, o que aconteceu não devia ter acontecido, não só em relação ao próprio facto, ao roubo, mas também no pós-roubo, que é quase tão grave como o roubo em si mesmo.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sr. Deputado, não me cabe a mim comentar as ações que são nitidamente de um escalão bastante superior ao meu.

Naquilo que me cabe comentar, o Regimento desempenhou o seu papel o melhor que pôde e que soube, com os meios que tinha. A seguir aos eventos e depois da recondução, tentámos rapidamente voltar, enfim, a um

ritmo de atividade normal, coisa que não é fácil, depois de um acontecimento destes.

No entanto, o Regimento continua, tem 206 anos de história e participou em todos os teatros de operações onde o Exército português teve forças nacionais destacadas. Estamos cá para continuar e para servir os portugueses.

Sobre essa questão em concreto, não queria fazer comentários.

O Sr. **Presidente**: — Está, assim, concluída a primeira ronda de inquirições.

Segue-se a segunda ronda, na qual estão reservados 5 minutos a cada grupo parlamentar. As perguntas serão feitas de modo sucessivo, após o que o Sr. Coronel teria a amabilidade de responder.

Em nome do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Berta Cabral.

A Sr.<sup>a</sup> **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Coronel João Paulo de Almeida e também o Regimento de Engenharia n.º 1, deixando uma palavra de muito apreço por todo o trabalho realizado ao longo de vários anos pelo Regimento e, em particular, pela sua colaboração com as autarquias locais e pelos enormes e relevantes serviços prestados ao País.

Começo por dizer, e é importante que se faça este enquadramento, que esta Comissão de Inquérito tem por missão apurar responsabilidades políticas e de comando e não responsabilidades criminais. Tudo isso, obviamente, decorre do facto de ter havido um incidente muito grave, que causou danos e custos de prestígio e imagem às Forças Armadas.

Não vale a pena ignorar isso, vários generais conceituados e que são referências nacionais o mencionaram, desde o General Garcia Leandro ao General Loureiro dos Santos, além do General CEMGFA (Chefe do Estado-



Maior-General das Forças Armadas), que até disse que tinha sido um «soco no estômago», e dos seus camaradas que aqui estiveram, seus colegas comandantes de Regimento, alguns dos quais disseram que tinha sido um grande embaraço para o Exército.

Portanto, o que nos importa é não só saber o que se passou e, de alguma forma, se isso suceder nos esclarecimentos dos assuntos, poder restaurar o prestígio das Forças Armadas e, no caso concreto, do Exército, mas também, naturalmente, apurar os vários responsáveis ao longo da cadeia de comando que, por inabilidade ou negligência, não assumiram as suas funções e responsabilidades na medida em que o deviam ter feito.

Sr. General, é, pois, fundamental perceber o que é que passou, o que é que falhou e em que medida é que os vários responsáveis da cadeia de comando intervieram nesse processo.

Não há dúvida de que, à data do desaparecimento do material, o Regimento de Engenharia n.º 1, por si comandado, tinha a responsabilidade da segurança dos Países Nacionais de Tancos. Isto é um facto que, naturalmente, torna o seu depoimento muito importante, muito relevante, o mais importante de todos os depoimentos até agora prestados nesta Comissão de Inquérito, porque foi nessa altura que tudo aconteceu.

O desaparecimento não aconteceu no mês anterior nem um ano antes, em 2016, ou em 2015, ou em 2012, ou em 2010, ou em 2006. Aconteceu em 2017 e, portanto, é fundamental perceber o que é que se passou, porque as condições físicas não eram as melhores, mas já não o eram desde há muitos anos; os meios complementares de vigilância não funcionavam ou funcionavam mal, mas já assim era desde 2006; o número de militares podia não ser o ideal ou o desejável, mas já eram oito há muito tempo, desde que houvera a redução do pelotão de 44. Com todos estes factos constantes, tem de haver um que tenha potenciado aquele incidente, levando a que ele acontecesse.

Esta é a análise mais linear e objetiva que se pode fazer destas circunstâncias, pelo que precisamos de saber o que é que se passou no dia 28 ou no dia 27. O que é está reportado nos relatórios que lhe foram entregues?

Já nos disse que, de facto, provavelmente, houve 20 horas sem rondas e que houve rondas ficticiamente colocadas nos relatórios. Isto é o que decorre do processo de averiguações e dos processos disciplinares que o Sr. Comandante instaurou aos seus militares — ao praça, ao sargento da guarda e ao oficial de dia —, porque havia declarações falsas. Aliás, eles são punidos por falsas declarações nos relatórios.

Portanto, algo de muito grave se passou nesse período de tempo, que levou estes militares a não fazerem as rondas e a prestarem falsas declarações — a menos que isso fosse um hábito, mas não queremos acreditar que assim fosse, porque, então, a situação ainda seria pior. Há, de facto, dados que são diferenciadores daquilo que era a prática comum, desrespeitadores das normas que estavam em vigor e que potenciaram, necessariamente, que isto acontecesse.

O que lhe pergunto é se não acha que as penas que foram atribuídas a esses militares foram leves, muito embora eu também reconheça que acho estranho que só esses militares tenham sido punidos e que não tenha havido maior responsabilização da cadeia de comando. Proibição de sair 6 dias, proibição de sair 15 dias e repreensão agravada não são penas leves para falsas declarações com esta gravidade? E estou a falar apenas de questões disciplinares e não ainda criminais, porque sobre o resto, porventura, ainda muito se vai saber.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelo que tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Bexiga por 5 minutos.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Coronel, continuo, então, com as questões que tenho para lhe colocar.

Logo a seguir ao furto, o Sr. Coronel mandou abrir um processo de averiguações, cujo relatório é de 14 de agosto de 2017. Lendo-o, ficamos, de facto, extremamente preocupados com o que é narrado e concluído no que diz respeito às condições de segurança existentes nos paióis àquela data e às condições de procedimentos logísticos de verificação, designadamente do ponto de vista da verificação de conferência dos paiolins, que era da responsabilidade do seu Regimento, na medida em que é referido que era feita apenas com uma periodicidade quinzenal e por apenas um militar, não existindo qualquer testemunha que dê a certeza dessa conferência.

Ficamos também preocupados com as conclusões que são apresentadas no que diz respeito às práticas e aos procedimentos de segurança seguidos pelos seus militares responsáveis pela segurança dos paiolins e pelas rondas e segurança dos paióis.

Pergunto-lhe: depois de ler este relatório, depois do momento em que o Ministro da Defesa de Portugal e o Chefe do Estado-Maior do Exército apresentam a demissão, considerando aquilo que está fixado no Estatuto dos Militares das Forças Armadas e no Regulamento de Disciplina Militar, designadamente no que diz respeito ao dever de responsabilidade e à função de comando, como é que o Sr. Coronel explica que não tenha sentido a necessidade de se demitir?

Por outro lado, confesso que, ao longo destas horas, ficámos perplexos com o facto de, numa situação que o Sr. Coronel já reconheceu ser um incidente grave que manchou a imagem das Forças Armadas, em particular a do Exército, não ter havido, da parte do Sr. Comandante, a capacidade de explicar o que é que se passou.

O Sr. Coronel não falou com os seus oficiais? Não lhes pediu explicações daquilo que, efetivamente, pode ter sucedido? É possível, ainda

hoje, o Sr. Comandante dizer que não sabe quando e em que condições sucedeu o assalto? Como é que é possível que, perante um incidente desta gravidade, a operacionalidade do Exército e do seu Regimento tenha sido posta em causa desta maneira e, do ponto de vista da unidade de comando e de organização de toda a estrutura responsável por garantir a segurança dos Paióis Nacionais, não tenha sido objeto de uma explicação da parte do Sr. Coronel?

Além disso, tendo em conta aquilo que referiu, até agora, nas respostas às perguntas dos Srs. Deputados, parece haver um problema grave de organização e unidade de comando. É verdade? Que problemas são esses? Foram identificados?

Em função desses problemas e face às diversas orientações que foram dadas após o furto, como o Sr. Coronel disse, no sentido em que foram alteradas as normas e os procedimentos aplicáveis, bem como todos os mecanismos de segurança dos paióis, por ordem do comando terrestre, isso significa que a responsabilidade de tudo aquilo que se passou e que estamos hoje a discutir é do comando terrestre? Senão, de quem é?

O Sr. Coronel, além do processo de averiguações, mandou instruir e decidiu os processos disciplinares, mas, como já foi dito pela Sr.<sup>a</sup> Deputada do PSD, as sanções são muito leves, tendo em conta que estamos perante situações em que um sargento e um cabo mentiram. Além de não terem cumprido as suas funções, mentiram!

Há situações que, de facto, são inexplicáveis, como, por exemplo, o facto de um sargento ter deixado entrar dois *Mercedes* azuis de civis, um dos quais conduzido por uma mulher que não foi identificada e que ainda hoje não sabemos quem era. Será que as armas não foram nesses *Mercedes*?

Outra questão é que, quando lhe é comunicada, às 17 horas e 30 minutos, a ocorrência do roubo, o Sr. Coronel, segundo li nos relatórios, toma uma medida interessante: o Sr. Coronel manda fechar a unidade e

manda revistar todos os carros da unidade. Já tinha havido situações anteriores de furto de armas que levassem o Sr. Coronel a desconfiar que tinham sido militares da sua base a proceder ao furto e que, eventualmente, iriam encontrar as armas nos carros desses militares da sua unidade?

O Sr. **Presidente**: — Em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado João Vasconcelos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, deixo mais algumas questões ao Sr. Coronel.

Considerando que o intervalo das rondas em que se verificou o desaparecimento do material dos Paióis Nacionais de Tancos foi de cerca de 20 horas — foram bastantes horas. O Sr. Coronel admite que esta situação possa ter sido recorrente noutras rondas, com este tipo de intervalo tão distante entre uma ronda e outra?

Por outro lado, Sr. Coronel, gostava que me dissesse se os militares que faziam as rondas tinham conhecimento exatamente do material que estava dentro dos paióis nacionais de Tancos.

Gostava ainda de saber, sendo a sua resposta afirmativa, se o Sr. Coronel admite que estes militares, tendo informação privilegiada sobre as lacunas e deficiências de todos os sistemas existentes nos Paióis Nacionais de Tancos, conhecendo também o interior dos paióis, relativamente ao material que lá se encontrava, possam ter passado esta informação privilegiada para o exterior.

Uma outra questão que gostava de colocar ao Sr. Coronel tem que ver com o projeto SICAVE (Sistema Integrado de Controlo de Acessos e Vigilância Eletrónica), que hoje, aqui, não se colocou.

O Sr. Coronel sabe, com certeza, em que consiste o projeto SICAVE. Também é do conhecimento público que, em 2015, foram efetuados vários

contratos e, em 2017 — não em 2016 —, envolvendo várias unidades do Exército com esse sistema de videovigilância. Curiosamente, nenhum deles foi dirigido aos paióis nacionais de Tancos, ao sistema de videovigilância.

Gostava de saber se o Sr. Coronel achou normal, se não reportou estas situações, se teve conhecimento destes contratos, se teve conhecimento que, efetivamente, nenhum destes contratos foi direcionado para os paióis nacionais de Tancos e, enfim, se questionou os seus superiores hierárquicos relativamente a esta matéria.

Relativamente também à exoneração dos comandantes militares, nos quais se inclui, aqui, o Sr. Comandante, considera que esta decisão do Chefe de Estado-Maior do Exército, na altura, foi a mais acertada? O Sr. Comandante sentiu-se aliviado? Sentiu-se injustiçado? Sentiu que havia mal-estar entre os camaradas da Unidade, entre os setores do Exército, das Forças Armadas, relativamente a esta situação?

Considera normal haver uma exoneração e, passados cerca de 15 dias, ser novamente renomeado, tal como os outros comandantes? É normal isto acontecer no Exército, nas Forças Armadas? Esta situação, efetivamente, foi adequada?

Por outro lado, sabemos também que se demitiram outros oficiais generais do Exército. O que é que o Sr. Coronel tem a dizer, relativamente a esta matéria?

Por que motivo é que estes comandantes se demitiram? Sentiu também algum mal-estar? Foi a decisão correta? Na sua opinião, que divergências inultrapassáveis foram aquelas que vieram a público?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Coronel, temos aqui três pontos distintos.

Primeiro ponto: a deficiente estrutura física de proteção do paiol, de videovigilância, que o Sr. Coronel nos diz que reportou para os escalões superiores e essa responsabilidade não era sua, as opções de investimento não eram suas.

Segundo ponto: normas de execução permanente em relação à segurança do paiol, e normas internas do regimento, em relação ao efetivo e em relação ao que tinha de ser feito. As NEP não eram da sua responsabilidade, mas as normas internas do Regimento já eram.

Terceiro Ponto: temos as questões relativas ao seu Regimento e ao cumprimento dessas normas por militares sob o seu comando. O que sabemos é que, dos oito homens que deveriam estar lá nessa noite, só estariam seis. Não havia viatura, o oficial de dia não fez as rondas, também invocando problemas de viatura. O oficial de dia diz-nos que não conhecia as regras de segurança e nunca lhe foram transmitidas indicações precisas sobre procedimentos de segurança a adotar lá; que não sabia que a guarnição de segurança estava sob o seu controlo, nem sabia que as NEP estavam afixadas no gabinete.

Além disso, temos soldados que nos dizem que a ida para o paiol era para dormir; que conseguiam dormir a noite toda e que, geralmente, não se faziam rondas; que, onde o pessoal estava, não se via nada; que no máximo — e isto parece ser o padrão —, por dia, eram feitas três rondas, e não sete.

O Sr. Coronel disse que teria havido uma ronda, a última ronda, que teria sido ao início da noite, e o depoimento de um dos militares que lá esteve descreve que a ronda teria sido entre as 14 e as 15 horas do dia anterior — e não à noite. Além do mais, foram reportados inúmeros problemas nos paióis, desde a intrusão de cabras, o que significa a própria fragilidade da rede, para além, evidentemente, da questão do mercedes, que já foi aqui perguntada.

Tudo isto sucedeu sob o seu comando.

Sr. Coronel desculpe, mas tenho de fazer a pergunta assim: acha que houve algum relaxar na disciplina da sua Unidade, para que tal tivesse de suceder? Ou que a expressão utilizada pelo Sr. General Rovisco Duarte, de que houve desleixo da responsabilidade dos comandantes, se dirigia também a si?

Será que, se não tivesse havido o assalto a Tancos, o Sr. Coronel continuaria sem saber que os militares sob o seu comando não respeitavam nem as normas nem as ordens que recebiam?

Sr. Coronel, não acha que o facto de apenas terem sido responsabilizados subalternos fragilizou, e fragiliza, o Exército, perante o País?

Sr. Coronel, não acha que o facto de, depois do que sucedeu, ter sido exonerado temporariamente, tendo sido renomeado imediatamente 15 dias depois, contribui para fragilizar, e fragiliza, o Exército?

É que a preocupação que parece ter presidido a esta exoneração foi apenas relativa à imagem do Exército e foi um ato de aparência. A ideia com que ficamos, na sequência destas audições, é que, apesar daquilo que sucedeu e que é gravíssimo, aquilo que se procurou fazer no exército foi, como escreveu Lampedusa, que alguma coisa mudasse para que tudo ficasse na mesma e para que os senhores oficiais pudessem continuar com a sua vida, com acesso à promoção a General, com as progressões das suas carreiras, sem que isto ficasse a ser atribuído à responsabilidade também dos diferentes graus da hierarquia. Ora, só é possível fazer isto, desde que haja uma vontade superior, desde que os superiores hierárquicos, desde logo o Sr. Chefe de Estado-Maior do Exército, entendam que é assim que as coisas têm de ser feitas.

Por isso, Sr. Coronel, peço que nos explique como é que é possível que as coisas tenham sucedido, na sequência do assalto a Tancos, da forma



como sucederam, sabendo nós o que se passava na Unidade, sob o seu comando, neste momento.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não resisto a corrigir apenas a citação, sendo a citação correta: «é preciso que tudo mude, para que tudo fique na mesma».

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Não! A citação é: «é preciso que alguma coisa mude para que tudo fique na mesma.»

O Sr. **Presidente**: — «É preciso que tudo mude para que tudo fique na mesma» é a frase de *Tancredi* ao seu sobrinho *Don Fabrizio*.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — É «alguma coisa mude...».

O Sr. **Presidente**: — «*Se vogliamo che tutto rimanga come è, bisogna che tutto cambi*». Está feita a citação original.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — *Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.*

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — É o risco das citações, às vezes há que não corrê-lo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Coronel, de alguma forma partilho as observações, os comentários e o questionamento que os Srs. Deputados que me antecederam fizeram, nesta última ronda.

Como membro da comissão de defesa, estou habituado a ver nos militares — nomeadamente, quanto maior é o seu grau de responsabilidade, mais intensamente tenho este sentimento —, um grau responsabilidade e assunção de responsabilidades quando as coisas correm mal. Não é preciso recuar muito, já tivemos diferentes episódios em que as coisas não correram bem em diferentes ramos das Forças Armadas e quem de direito tomou as medidas de exoneração, destituição de comando, etc., etc., etc.

Ora, já foi feita a pergunta relativamente à base, ao seu posto. Pergunto agora: hierarquicamente superior, isto é, do ponto de vista de comando da Brigada, como é que é possível justificar que apenas haja punição relativamente aos subalternos, a um soldado ou um cabo que foi punido? Como é que isto se justifica? De alguma forma, o sentimento que perpassa, é o de que poderá ter havido alguma orientação no sentido de não medir as consequências, de não levar as consequências até ao último grau.

Não quero acreditar que a estrutura e o ramo do exército funcione neste patamar e, portanto, a pergunta é muito simples: o que é que aconteceu para que, quem tinha de assumir responsabilidades não as tivesse assumido do ponto de vista da responsabilidade?

Já tivemos situações, nos ramos das Forças Armadas em que os próprios assumiam a responsabilidade quando as coisas não corriam bem. Infelizmente isso não aconteceu neste caso e tal não ajudou a todo este processo e não ajudou, nomeadamente, a uma catarse que o Exército teve de fazer, de uma forma ou de outra.

O Sr. **Presidente**: — Está, então, concluída a segunda ronda.

O Sr. Coronel terá, então, a amabilidade, porque foi apontando, de responder agora às questões que foram colocadas.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Muito obrigado pelas questões.

Quanto à questão da Sr.<sup>a</sup> Deputada Berta Cabral, sobre o que é que se passou: foi a conjugação de uma intenção que houve *versus* uma oportunidade que terá ocorrido.

Parece-me que isto foi o que separou, o que diferenciou tudo o que vem do antecedente. Portanto, só posso concluir que não terá havido intenção do antecedente ou, a ter havido, o serviço correu bem e houve dissuasão.

Se as penas foram leves? Como disse, tenho... Foi feito o processo de averiguações, que indiciou os aspetos que são do conhecimento dos Srs. Deputados. No seguimento desse processo de averiguações, foram sugeridas algumas medidas no âmbito do serviço e do controlo das cargas e foi proposto o levantamento de dois processos disciplinares, o que foi feito.

Mais tarde, foi reanalisado o processo, por mim, e foi decidido abrir um terceiro processo disciplinar.

Para cada um dos militares, e face ao leque de penas que tenho à minha disposição e a todas as atenuantes e agravantes para cada uma das situações concretas, foram as penas que decidi, enfim, atribuir. Quanto aos militares, quer o oficial, quer o sargento, quer o praça, até ali tinha deles excelente opinião. Naquele dia, algo se terá passado — não sei, de facto, não sei — que fez com que as coisas não se passassem da forma como era normal e como se deviam ter passado.

Este militar, o sargento, que desempenhou funções comigo no Líbano, onde comandeí uma Força Nacional Destacada, era, e é, especialista de inativação e teve um excelente desempenho. Neste dia violou os deveres que os senhores conhecem, mas, como digo, todo o passado dele serviu, obviamente, de atenuante. Nos outros casos, a situação é idêntica, quer no caso do capitão, quer no caso do cabo.

Suponho, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que cobri a questão.

Quanto à questão da conferência das cargas, esta, de facto, era feita de 15 em 15 dias, obrigatoriamente, pela pessoa que era o comando dos depósitos, que reportava.

Esporadicamente, quer o oficial de logística quer eu próprio íamos lá e fazíamos verificações — que não tenho de o fazer, acho que não é o meu papel como Comandante, mas fazia-o.

No meu caso e no do oficial de logística, até à data, tínhamos ido lá duas vezes e nessas duas vezes fiz um controlo aleatório de materiais.

As folhas de carga, as listagens da carga de munições, explosivos e artifícios de fogo que tínhamos era composta por um total de nove páginas A4. No fundo, o que eu e o oficial de logística fazíamos era um controlo aleatório, quer olhando para a folha e para aquilo que estava no armazém, quer escolhendo um artigo no armazém e vendo a que isso correspondia.

Portanto, era feito um controlo e não estou em crer que fossem os 15 dias que tivessem alguma coisa a ver com assalto.

Quanto ao facto de eu não saber quando se deu o assalto é porque, efetivamente, há um período de tempo que todos sabemos, e os senhores também sabem porque viram os relatórios. Quanto a se foi de noite ou se foi no início do dia, tenho opiniões, mas parece que a minha opinião não passa disso, uma vez que há uma investigação criminal em curso.

Havia obras a decorrer nos paióis, havia empresas civis a trabalhar nos paióis, devidamente autorizadas, ou seja, há uma panóplia de situações, naquele dia em concreto e nos dias anteriores, que fazem com que não estivéssemos num dia dito normal.

Em termos de probabilidade de ocorrência, obviamente, tenho a minha opinião, mas há aqui um período de tempo no qual pode ter ocorrido o assalto.

Quanto ao problema da unidade de comando, pedia-lhe, Sr. Deputado, que detalhasse um bocadinho mais porque não percebi se tinha a ver com o comando superior, acima de várias unidades.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — O que os relatórios dizem é que o problema surge porque não havia unidade de comando, isto é, havia diversas Unidades a intervir, a definir o plano de segurança, responsáveis pela própria segurança.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sim, «Tancos, factos e documentos». Também li.

Vou dar-lhe a minha opinião, que é o que me resta fazer.

De facto, havia uma Unidade que era a responsável por aquelas instalações, a UAGME que elaborou umas NEP.

Havia uma Unidade que era responsável pela coordenação da segurança que era feita. O meu oficial de segurança, antes de iniciar os períodos, falava quer com a UAGME quer com a Brigada de Reação Rápida para ver se havia situações anómalas, se havia alguma indicação especial para aquele período e havia um contacto estreito.

Depois, havia descentralização da execução em quatro Unidades. Dentro daquilo que não estava explicitado naquela NEP, cada Unidade fazia de acordo com as normas que entendia serem as mais adequadas para garantir a segurança daquele estabelecimento.

Portanto, se havia ou não unidade de comando, eu acho que havia unidade de comando suficiente para cumprir, em termos normais, aquela missão.

Se a responsabilidade é das NEP, a seguir foi reforçada pelo Comando das Forças Terrestres a determinação para que fosse elaborada uma NEP, que foi elaborada.

Nós, de imediato, nos dias seguintes, elaborámos novos procedimentos, novas TTP, que logo pusemos em prática, antes de o Comando das Forças Terrestres ter dado indicações; passado cerca de um mês, em meados ou finais de setembro, a Brigada de Reação Rápida publicou novas normas, que foram aprovadas pelo CFT e que passaram a ser implementadas.

Os dois *Mercedes* que entraram, entraram pela zona A, a zona administrativa dos paióis, não entraram na zona dos paióis. Suponho que referiu Mercedes que entraram e que não foram identificados...

**O Sr. Ricardo Bexiga (PS):** — Pessoas não identificadas.

**O Sr. Cor. Eng. João Paulo de Almeida:** — O que eu li no processo de averiguações é acerca de uma discussão que ocorre entre o meu pessoal e determinadas pessoas que vinham a sair numa viatura, exatamente porque estavam a ser identificadas. É na zona A que a discussão que ocorre, é exatamente... Aliás, surge aí uma expressão a dizer: «São os únicos que fazem isto.»

Portanto, já agora, quando Sr. Deputado puder, agradecia-lhe que confirmasse, uma vez que posso estar a confundir situações, mas esta saída ocorre na zona administrativa e é o meu pessoal, é pessoal da UAGME, que manda parar pessoal civil que trabalhava lá em permanência e há esta alteração, sendo a expressão usada esta: «Vocês são os únicos que fazem isto.» De facto, houve coisas que falharam, mas nem tudo falhou.

Sobre se tinha havidos furtos anteriormente, face à ordem que eu dei de proibir a saída de viaturas e mandar revistar as viaturas que estavam no interior do Regimento de Engenharia n.º 1, não, não tinha havido furtos. Foi uma avaliação minha, errada ou não, foi aquela que entendi; ouvi o meu Estado-Maior e depois decidi isto: «Estamos a fazer serviço, o paiol

assaltado é nosso. Portanto, existe, alguma probabilidade. Baixa certamente, porque era baixa a probabilidade de estar ali alguma coisa, mas não vamos descartar essa possibilidade apenas porque a probabilidade é baixa».

Foi dada essa ordem, foram revistadas as viaturas e foram feitas mais ações para tentar perceber se havia ali alguma linha a seguir que, depois, pudesse ser usada ou facultada à Polícia Judiciária Militar, que, entretanto, tinha chegado.

Suponho que cobri todas as suas perguntas, Sr. Deputado.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — À pergunta fundamental o Sr. Comandante não respondeu.

Face a demissão do Sr. Ministro da Defesa e face à demissão do Sr. General Comandante-Chefe, o Sr. Coronel não sentiu que, no quadro da unidade de comando e da responsabilidade que cabe à Unidade de comando, devia também apresentar a sua demissão, face aos resultados do relatório de averiguações que foi feito pela sua Unidade?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Sim. O relatório de averiguações foi feito com base naquele público-alvo, que, como disse, representa menos de 10% do público-alvo que fazia serviço nos paióis.

Confio nos meus militares e a informação que o oficial de dia, o oficial de segurança, o sargento de segurança e o comandante de batalhão me traziam não era aquela que aquele público-alvo... Aliás, não é aquele público-alvo, porque se os senhores virem o processo de averiguações há lá reportes de muito rigor no serviço. Com certeza que leram também essas partes.

Portanto, eu estar a assumir que aquilo era a norma, era, de facto, não confiar em toda a estrutura e isso acho que não. Confio na estrutura, confio nos meus homens.

Sobre a questão da disciplina, que suponho que foi levantada pelo Sr. Deputado, não havia indisciplina. O nível de trabalho que este Regimento tem, o nível de atividade que os senhores sabem que este Regimento tem, não era possível sem disciplina. Não era possível!

Estamos em permanência, em todo o País, a apoiar quer entidades civis quer militares, em situações de emergência. Temos forças em prontidão entre 2 e 12 horas, o ano todo, sem interrupções, e de vez em quando atuam. E por aquilo que oiço, por aquilo que me tem sido transmitido, têm atuado bem. Ora, com os efetivos de que dispúnhamos — quando assumi o Comando estavam em 44% em praças — e que vieram a cair, e com a quantidade de missões que o Regimento tem, isso não era possível sem disciplina, muita disciplina.

Agora, naquele dia, algo falhou. Foi o Regimento que falhou, possivelmente, além das outras componentes do sistema de segurança, como disse já.

Se punha ou não o lugar à disposição, não é assim que funciona a instituição militar. Desde o primeiro dia, estive sempre em ligação com o meu comandante e os respetivos oficiais superiores a mim, no sentido de sair no dia em que eu entender que não sou útil ao Exército ou perceber que o Exército acha que não lhe sou útil. É essa a minha postura. Disse-o a quem tinha de dizer, na altura. Não fiz um comunicado porque não é a nossa maneira de trabalhar. Julgo que respondi.

Sr. Deputado João Vasconcelos, sobre se quem fazia as rondas conhecia o que estava no interior dos paióis e possa ter passado essa informação para o exterior, quem fazia as rondas às instalações dos Paióis Nacionais de Tancos não conhecia o que estava no interior dos paióis, exceto se, por uma coincidência, tivesse acompanhado o sargento, o comandante do pelotão de depósitos, que era um dos militares que tinha acesso aos paióis do Regimento de Engenharia n.º 1, numa missão auxiliar. Aí, sim, apesar de não



entrarem fisicamente no paiol, ficavam à porta e poderiam, nalguns dos paióis, ver o que lá estava. Isso é possível. Não sei se aconteceu ou não mas é possível.

A norma é que os militares que faziam a ronda não conheciam o que existia para além daquelas portas; como aqui já foi dito, havia portas de compartimentos que não tinham nada lá dentro.

Sobre o projeto SICAVE, conhecia este projeto. Antes de comandar o Regimento de Engenharia n.º 1, comandeie a Unidade de Apoio da Escola das Armas, em Mafra, e havia interações com o comando superior também para, dentro da prioridade que fosse estabelecida, ser instalado na Escola das Armas o SICAVE.

Quando cheguei ao Regimento, pedi informação ao meu Estado-Maior para saber em que pé estava o SICAVE para o RE1. O RE1 tinha uma prioridade mais baixa, mas logo em setembro de 2016 tive conhecimento de um despacho do Sr. Chefe de Estado-Maior do Exército em que constava uma série de unidades onde o SICAVE já estava a ser instalado e definia como linha a seguir até 2023 a instalação do SICAVE. A prioridade era, primeiro, os Paióis Nacionais de Tancos e, segundo, os Paióis do Campo Militar de Santa Margarida. Estamos a falar de um documento de 2016, de 27 de setembro de 2016.

Sobre a exoneração, se me senti injustiçado, diria que ninguém gosta de ser exonerado, nomeadamente naquelas condições. Injustiçado ou justificado, não quero olhar para isto nesses termos, uma vez que, como já disse aqui, o Sr. General que me nomeou foi quem me exonerou, depois voltou a renomear e depois a exonerar, para novas funções. Portanto, entendo isso com naturalidade e nada mais tenho a acrescentar.

Se é normal ser exonerado e depois renomeado, não, mas esta situação também não é normal, felizmente. Conforme já aqui foi referido, houve a exoneração e o Sr. General disse-me que havia um processo de averiguações

que ele ia instaurar, ou já tinha instaurado, e que, face às conclusões desse processo, poderia, ou não, reconduzir-nos.

Sobre outros oficiais-generais, nomeadamente sobre dois oficiais-generais de elevada craveira que nos fizeram sentir mal, sobre se sei a causa, não sei. As razões eles lá saberão. Não consigo dar mais informação sobre esta situação.

Suponho que cobri tudo, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Carlos Monteiro, acho que já respondi à questão da disciplina. Reitero a informação que já disse: na noite não estavam seis, estavam oito. Houve um período de tempo, à tarde, em que, de facto, houve a saída do cabo para apoiar o oficial de dia em coordenação com o... enfim, trocando impressões entre o oficial de dia e o comandante da guarda.

Quanto à questão da viatura que o Sr. Deputado referiu, também já clarifiquei.

Relativamente a se o facto de só serem punidos dois militares fragiliza o Exército, pela análise que fiz do processo de averiguações e por toda a informação que me vai chegando em permanência, na unidade, os dados que obtive foi de que não foram dois, foram três militares, e mais tarde outro.

Se fragiliza o Exército? Naquilo que me diz respeito, foi daqueles militares que tive dados, indícios, e que se comprovaram falhas de cumprimento de normas de execução permanente ou de indicações deste ou daquele âmbito. Portanto, não creio que fragilize o Exército. Pelo menos, naquilo que é da minha competência, não detetei algo suscetível de mais...

Houve aqui uma pergunta que não consegui apanhar por completo, sobre como é que as coisas se passavam no meu comando, se tinha a ver com a disciplina... Pedia-lhe o favor de repetir, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Se tudo isto sucedeu sob o seu comando, pergunto se não acha que houve um relaxamento na disciplina, na sua Unidade.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Não. Já respondi... ou seja, há, de facto, um evento no meu comando, um incidente, que é grave. Não deveria ter acontecido, mas aconteceu. Estávamos de serviço e alguma coisa terá falhado, obviamente.

Das normas, dos processos, que dependiam de nós, fizemos a avaliação e atuei conforme achei mais adequado. Não encontrei mais indícios de avançar... Portanto, há esse evento.

O meu comando teve outras coisas, muitas coisas! Creio que não vos vou maçar com outras coisas, porque, obviamente, tenho consciência de que um evento destes, pelo impacto que tem, apaga tudo o resto, mas, em nome daquilo que os meus militares fizeram e fazem, acho que fizemos dezenas de trabalhos, como por exemplo a operação de reforço das reservas estratégicas de água em tempo recorde, com meios brutais que conseguimos mobilizar para limpar o fundo em determinadas barragens.

Sem disciplina, sem uma unidade altamente empenhada, sem militares que dão o que têm, e muitas vezes o que não têm, para as coisas acontecerem, isso não seria possível.

Sob o meu comando aconteceu a intrusão nos paióis, é verdade. Mas também aconteceram muitas outras coisas e a unidade fez muitas missões e cumpriu-as — sem qualquer exceção que me lembre agora — muito bem, pelo menos tendo em consideração o rácio entre efetivos e recursos materiais e financeiros disponíveis e o resultado obtido.

Julgo que respondi...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a pergunta é se o Sr. Coronel de Engenharia respondeu às suas questões.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — A questão é que se não tivesse havido o assalto não teria sabido que não respeitavam as suas ordens. Por outro lado, pergunto se não considera que a expressão do Sr. General Rovisco Duarte era aplicável a si.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Houve um não cumprimento de algumas das NEP e de algumas diretivas naquele dia. Agora, estar a dizer que as minhas ordens não eram respeitadas... não posso concluir isso.

Não posso concluir isso porque, conforme eu disse, no universo daquele processo de averiguações — e estamos a falar de cerca de 10% da unidade — há vários testemunhos, não é só um testemunho, em como as coisas eram feitas e com rigor. Há outros que dizem que nem por isso, também é verdade, mas há toda a estrutura na qual eu confiava, e confio, que me relatava o que era feito, quando era feito e que me dava indícios de que, tal como nas outras atividades em que o Regimento participava, em que era mensurável à vista de todos, também naquela o Regimento desempenhava bem a sua função.

Portanto, Sr. Deputado, não subscrevo as suas palavras quando diz que as minhas ordens não eram cumpridas. Houve algumas ordens que não foram cumpridas, mas houve atuação disciplinar, educativa ou formativa, consoante aquilo que entendi, caso a caso, ouvindo ou não — a maior parte das vezes ouvindo — o meu Estado-Maior. Mas não subscrevo as suas palavras, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E o desleixo referido pelo General Rovisco Duarte?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Não senti que era para mim, porque eu sabia o que se passava e sabia — testemunhado por mim, várias vezes — que os meus militares limpavam, inclusive, naquilo que, numa análise superficial, poderia não ser a missão deles. Para além do equipamento pesado que mandávamos para lá, havia muitas limpezas, pelo menos na zona de vivência deles, que eram feitas pelos meus militares.

Isto não é dito por terceiros, é visto por mim. Portanto, não eram certamente para mim essas palavras.

Quanto a como é possível justificar só ter havido duas punições, naquilo que depende de mim, julgo que já expliquei. Nas averiguações que fiz, nos dados que tinha, no *brainstorming* que fizemos com os diversos elementos da minha cadeia de comando e do meu Estado-Maior, não foram duas, foram aqueles militares de quem os Srs. Deputados têm os dados: três, diretamente, devido a esta ação do dia 27 e do dia 28; e, depois, outro militar, devido à questão do esquecimento de contagem de uma caixa.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sr. Coronel.

Damos então início à terceira ronda de perguntas, com o Grupo Parlamentar do PSD. O esquema é similar, o tempo disponível para os grupos parlamentares é que é mais curto, de apenas 3 minutos.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Berta Cabral.

A Sr.<sup>a</sup> **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Coronel, na resposta que deu a uma das questões que coloquei, sobre o que se terá passado nos dias 27 e 28, com os seus homens, nos Paióis Nacionais de Tancos, reconheceu que houve violação dos deveres militares, que as coisas não se

passaram como seria normal e que isso criou uma oportunidade para que o incidente, ou seja, a intrusão nos paióis, tivesse ocorrido. Foi isso que referiu e, portanto, deduzo que este é o elemento diferenciador relativamente àquilo que vinha detrás, das condições físicas e dos meios complementares de vigilância de que já muito se tinha falado.

Sr. Coronel, passando a uma outra questão, referindo-me aos paióis 14 e 15 em particular, os que foram assaltados, que estavam afetos a material do Regimento de Engenharia n.º 1, pergunto-lhe se tinha conhecimento do material armazenado nesses paióis e se mais alguém do seu Regimento tinha conhecimento disso.

Pergunto-lhe, também, se o Sr. Coronel ou alguém do seu regimento tinha a chave desses paióis.

Entretanto, em relação à vegetação excessiva, já nos referiu que era o próprio Regimento de Engenharia, que comandava, que fazia a limpeza da vegetação e, portanto, tinha «a faca e o queijo na mão» para poder ter o recinto sempre limpo e desmatado. Disse-nos que já tinha iniciado esse trabalho, mas a verdade é que já tinham passado mais de 15 dias do seu comando e, como tal, pergunto: não acha que deveria ter sido dada uma prioridade diferente a essa questão da vegetação, que já devia estar resolvida a meio do mandato ou até uma semana depois do início desse mandato?

Relativamente ao material furtado, debruçamo-nos sobre o seu desaparecimento, mas também sobre o seu aparecimento, aparecimento esse que, aliás, é ainda mais relevante do ponto de vista político do que o próprio desaparecimento. O que lhe queria perguntar a este respeito era se, relativamente ao material que está à guarda nos seus paióis e que é do Regimento de Engenharia, é passível fazer-se uma conferência dos registos individuais desse material? Ou seja, pergunto se há registos numéricos, de série e de referências específicas, inscritos no próprio material que permitam

fazer uma correspondência entre o material desaparecido e o material aparecido.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se, agora, o Grupo Parlamentar do PS.  
Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Bexiga.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Comandante, gostava só de fazer o seguinte esclarecimento: as comissões de inquérito parlamentar têm os mesmos poderes da investigação criminal. Averiguamos, naturalmente, factos diferentes, mas, do ponto de vista das nossas competências elas são paralelas e isso está previsto tanto constitucionalmente como no regime jurídico dos inquéritos parlamentares.

Portanto, interessa-nos também, eventualmente, encontrar factos que não são ainda conhecidos.

Em toda a documentação e relatórios feitos, não é dada ainda nenhuma explicação para o que aconteceu em Tancos: se houve ou não intrusão, sobre como é que saíram as armas, se saíram ou não pela rede. Assim, pergunto-lhe: do seu conhecimento direto dos factos, o que é que nos pode ajudar a esclarecer o que efetivamente aconteceu para, quando foi detetada a sua falta, os explosivos não estarem naqueles paíóis que eram da responsabilidade do seu regimento?

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Desculpe, para não estarem?

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Sim, para terem desaparecido! Isto é, houve, ou não houve, intrusão? De que factos tem conhecimento?

A versão que hoje é conhecida é aquela que nos é dada pela comunicação social. O Sr. Comandante tem, com certeza, conhecimento de

factos directos, pelo que lhe perguntava que factos pode aportar a esta Comissão que nos ajudem a esclarecer o que é que sucedeu.

Depois, no que diz respeito à questão das duas viaturas azuis que surgem nos relatórios, os dois *Mercedes*, um com dois homens e o outro com uma mulher, o Sr. Comandante chamou-me à atenção — e bem! — de que houve um comentário desses civis de que os militares do seu Regimento eram os únicos que pediam a identificação. Isso significa que era usual entrarem carros civis com pessoas não identificadas e que não tinham registo da sua presença nos paióis, em violação completa das regras aplicáveis ao acesso a esses paióis?

Por fim, o Sr. Comandante confirmou que havia um controlo rigoroso dos explosivos que estavam nos seus paióis. Ora, o que verificámos é que, aquando da entrega e devolução do alegado material roubado, foi encontrada uma caixa que inicialmente se pensava não pertencer aos paióis do Regimento, mas que agora já se sabe que pertencia, não estava era registada. Como é que é possível acontecer uma coisa destas?

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasconcelos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, vou referir um aspeto que já foi aqui abordado e que tem a ver com o facto de, no seguimento do furto a Tancos, o anterior Chefe do Estado-Maior do exército ter feito algumas afirmações dizendo que houve erros estruturais e sistémicos, falta de supervisão, desleixo, dando a entender que tinha havido conluio interno. Inclusivamente no que concerne ao mato que havia nos paióis, o Sr. General disse até que sentiu vergonha por esse facto.



O que gostaria de perguntar ao Sr. Coronel é se comunga das afirmações do Sr. General Rovisco Duarte e se não se sente atingido, também, por essas afirmações, tendo em conta que o Sr. Coronel comandava o Regimento de Engenharia.

Outra questão tem a ver com o inventário ao material de guerra.

O que gostaria de perguntar ao Sr. Coronel é se possível haver falhas nos inventários ao material de guerra, nomeadamente dos paióis, e se o Sr. Coronel tem conhecimento de algum episódio desta natureza.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado João Vasconcelos.

Segue-se o Grupo Parlamentar do CDS-PP, através do Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Coronel, sei que esta é uma audição dura, mas a Comissão Parlamentar de Inquérito tem de apurar responsabilidades.

Ora, vou pedir a ajuda do Sr. Coronel para que me explique, se conseguir, algumas das declarações do Sr. General Rovisco Duarte, para tentarmos perceber o que mudou e por que razão essas declarações foram feitas.

Conforme já disse, em relação ao mato que estava no paiol, a expressão do Sr. General, que acabou agora de ser agora citada e vou citar pela terceira vez, foi «há ali desleixo e, isto, é comandantes.»

Depois, o Sr. General Rovisco Duarte, decidiu exonerar temporariamente esse cinco comandantes, entre eles o Sr. Coronel. O Sr. Coronel disse-nos que se sentisse que estava a mais sairia e que teria manifestado essa ideia.

Agora, segundo declarações também do Sr. General Rovisco Duarte, o que nos é dito é: «Começo a olhar, no sábado à tarde, para estes relatórios e que ocorreram 20 horas entre as rondas e eu perguntei: ‘Então e as Unidades? Ninguém diz nada? Eu percebi que havia um problema estrutural de supervisão. Isto é, primariamente, ação de comando.’»

A seguir a isso, o que nós percebemos é que, havendo esta afirmação do Sr. General Rovisco Duarte, e tendo ele esta opinião sobre os comandantes destas unidades, aquilo que decide fazer é renomear e ainda propô-lo, no caso do Sr. Coronel, especificamente para o curso de promoção a general.

Portanto, nós não conseguimos perceber porque é que o Sr. General Rovisco Duarte faz estas declarações ao Parlamento, quando o seu pensamento parece que evolui, que não é uniforme. Isso deixa-nos, evidentemente, intrigados e gostaríamos de saber porque é que, na sua avaliação, isso acaba por acontecer.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Jorge Machado prescinde do seu tempo de perguntas, portanto, agora sim, concluem-se as três rondas, não sem antes o Sr. Coronel ter a amabilidade de responder às perguntas que foram feitas nesta ronda.

O Sr. Cor. Eng **João Paulo de Almeida**: — Perguntam-me se tinha conhecimento do material que estava nos paióis.

Genericamente, sim.

Como já aqui referi, a lista de material era uma lista extensa. Somos, no Exército, o único centro de formação de explosivos. É no Regimento de Engenharia n.º 1 que existem as equipas de inativação de engenhos explosivos, quer convencionais, quer improvisados, que apoiam todo o Exército e não só — estão à disposição de autoridades civis quando e onde

for entendido necessário — e, portanto, a lista de material é uma lista extensa.

Para além disso, damos todos os cursos do Exército e o manuseamento do material é muito elevado, sobretudo em alturas do ano em que decorrem os cursos. Não é ao longo de todo o ano, mas há uma altura crítica de outubro até abril do ano seguinte.

A lista é extensa, mas tinham dela conhecimento eu, o oficial de logística, o sargento de materiais, o comandante da secção de depósitos. Obviamente, o conhecimento do comandante da secção de depósitos era ao detalhe, o meu era geral, pelas revistas que fazia, pelas idas lá, enfim, pela verificação do estado das instalações que, como já disse, anteriormente, consubstanciavam, inclusivamente, relatórios e notas que foram feitos a solicitar que tais situações fossem colmatadas.

Portanto, tínhamos conhecimento dessa lista, uns de forma mais detalhada, outros de forma mais geral.

Em termos de chave, a única entidade, a única pessoa que tinha a chave dos paióis era o comandante da secção de depósitos.

Em termos de limpeza dos...

A Sr.<sup>a</sup> **Berta Cabral** (PSD): — Posso pedir aqui uma precisão?

Portanto, o comando da seção de depósitos do seu Regimento tinha a chave. E a UAGME tinha a chave?

O Sr. Cor. Eng **João Paulo de Almeida**: — Dos meus depósitos, dos depósitos do Regimento de Engenharia n.º 1, o comandante da seção de depósitos tinha a chave.

Dos outros depósitos, dos outros paióis — vou-lhes chamar paióis, porque são paióis, de facto —, sei que o Regimento de Paraquedistas tinha um paiol, portanto, naturalmente devia ser o Regimento de Paraquedistas que

tinha a chave desse paiol, e os outros paióis eram do Exército e quem tinha a chave eram o militar e a equipa da UAGME que, em permanência, estavam de serviço às instalações dos Paióis Nacionais de Tancos.

A Sr.<sup>a</sup> **Berta Cabral** (PSD): — Portanto, a UAGME não tinha a chave dos paióis do Regimento de Engenharia n.º 1, não?

O Sr. Cor. Eng **João Paulo de Almeida**: — Dos paióis do Regimento de Engenharia n.º 1, não.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, sobre a limpeza, deixe-me só precisar a questão da «faca e o queijo na mão»: a limpeza que eu fazia com equipamento pesado era uma atividade em apoio a uma outra unidade.

Tanto que, lembro-me do comandante ter ligado a perguntar «como é que é, podes lá ir? Tens meios para isso?», ao que respondi, «se não há neste momento, prepara-se uma frente de trabalho e vai-se lá, uma vez que consideras que é crítico.»

O pedido é feito e é autorizado. Mas é a pedido.

Vou-lhe dar um exemplo, para perceber que não se trata de uma unidade minha: a Academia Militar, no ano passado, a dada altura perguntou: «Temos aqui algum capim, alguma erva alta, têm meios para cá vir?» Respondi: «Temos. Faz o pedido, vamos e fazemos a limpeza.» É esta a minha intervenção.

Não é porque, quando chego lá, me apetece e porque não gosto daquilo que mando os homens ou as máquinas do Regimento limpar, só porque estão mais perto. Não, não é assim.

Porque é que não limpei antes? Porque o pedido veio no início de 2017, até porque ganhava-se ali algum tempo. No Inverno não era possível fazer a limpeza, porque as condições de «traficabilidade» não o permitem, em termos de equipamento pesado, e, depois, esta limpeza não só melhorava

as condições de segurança, como também baixava a carga térmica para o Verão, que era também uma das preocupações, uma vez que até havia explosivos nos paióis.

Pergunta-me se é possível fazer uma correspondência entre o material que apareceu e o que desapareceu. É. todo o material tem identificação, por lote e por tipo de material, e, portanto, é possível fazer uma correspondência.

Sr. Deputado Ricardo Bexiga, de conhecimento direto e de factos, os soldados foram aos paióis 14 e 15 no dia 28 de junho de 2017, ao fim da tarde, e estavam com as fechaduras violadas, umas no chão, outras ainda no local, mas nitidamente violadas, com umas portas abertas e outras fechadas. Isso é um facto.

Tinha desaparecido material, como depois verificamos *a posteriori*, ao contarmos o material na presença da Polícia Judiciária Militar. Percorreu-se de imediato todo o espaço físico dos paióis e o único indício que detetámos encontrava-se no extremo norte — que julgo que também tiveram oportunidade de visitar —, junto à torre de vigia n.º 4. A rede interior estava cortada e a rede exterior também estava cortada.

À vista desarmada, não havia indícios de movimento significativo, mas essa é a minha observação, não sendo perito em investigação criminal.

Esses são os factos.

Foi detetado na tarde do dia 28 este facto, que no dia anterior não se tinha ainda verificado: tenho conhecimento de que os paióis não estavam violados e a rede não estava cortada. Agora, o que se passou, como se passou...

Quanto à questão, já agora, do carrinho de mão de que se ouve falar na comunicação social, não tenho conhecimento, não tenho factos, tudo o resto seriam conjeturas: se foi assim, se foi assado, se foi de noite, se foi de dia, se foi com carrinho de mão, se foi com outro tipo de viatura, se foi a pé...

Quanto à viatura entrar e se é normal, respondo-lhe que não, não é normal. As viaturas nem entravam na zona b. Ou paravam antes do primeiro portão e eram identificados fora ou, então, entravam no interior da zona administrativa e eram identificados aí.

Quanto ao episódio que referi, já agora, não são dois *Mercedes* que aparecem na manhã do dia 28, mas é depois, mais a meio do dia, que um, não sei se é *Mercedes* ou não, vem a sair e é aí que há alteração.

Estas duas viaturas, de acordo com o processo de averiguações que os senhores têm, vinham obter informações para, conjuntamente com o projeto que tinha sido lançado, fazerem propostas para o custo da obra, cujo concurso estava em andamento para a segunda fase da construção do muro exterior da instalação dos paióis.

A indicação que é dada a esses senhores é «não, vão fazer o reconhecimento, mas fazem-no por fora, uma vez que não estão autorizados a entrar nos paióis.» Portanto, não era normal, nem entravam.

Quanto ao controlo dos explosivos e como é que foi possível se dar a questão da caixa, abriu-se um processo de averiguações, e a pessoa responsável, mal soube da abertura, através da cadeia hierárquica, veio ter comigo e disse logo «a situação é esta, o processo de averiguações vai ter isto, porque eu errei na contagem, ou melhor, não errei na contagem, mas houve um exercício em que saiu material, entrou material para sair no dia seguinte que não registei e, depois, no dia seguinte, não passou e, portanto, foi erro humano.»

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Quem foi essa pessoa, Sr. Coronel?

O Sr. Cor. Eng **João Paulo de Almeida**: — Foi o comandante da seção de depósitos.

Julgo que respondi às suas questões, Sr. Deputado Ricardo Bexiga, espero não ter deixado nenhuma.

Sr. Deputado João Vasconcelos, quanto às palavras que o Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército terá usado, como já tive possibilidade de responder: vergonha, desleixo não senti, nomeadamente pela forma como nós tratávamos, quer nas atividades programadas, quer quando estávamos de serviço que fosse atribuído ao Regimento de Engenharia n.º 1. Não senti isso.

Quanto à questão do conluio interno, não tenho qualquer dado sobre isso. O que eu sei é o que os Srs. Deputados sabem: uma das pessoas que está em prisão preventiva era, na altura, militar do Regimento de Engenharia n.º 1 e, portanto, existe a possibilidade de ter havido informação, mas conluio não.

O lapso do inventário não é normal, mas aconteceu.

Sr. Deputado António Carlos Monteiro, julgo que já respondi à sua questão, relativa às declarações do, então, Chefe do Estado-Maior do Exército, quer numa ação, quer noutra. Portanto, na ação de comando, naquilo que me diz respeito, tenho a noção do que fiz, do que era feito e do que não era feito, daquilo que os vários escalões abaixo de mim me transmitiam e das consequências ou não de cada uma dessas ações. Como é que, ainda assim, fui nomeado para o curso de promoção a oficial general, que foi a última parte da sua pergunta...

Como eu já disse aqui, sirvo o Exército e o País o melhor que sei e que posso. Se os meus superiores entendem que devo ter isto ou não devo ter aquilo, que devem dar-me oportunidade ou não devem, é uma questão que só eles é que podem responder, eu não estou em condições de me avaliar a mim mesmo.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Se me for permitido, Sr. Presidente...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, queria fazer uma precisão. É verdade que me respondeu a algumas questões anteriores, mas insisti no seguinte: o Sr. Coronel tinha dito que, no fundo, havia manifestado essa disponibilidade, mas não o fez através de um comunicado. Porém, o que o Sr. General Rovisco Duarte nos disse, a nós, na Comissão de Defesa, foi que ninguém havia manifestado essa disponibilidade e por isso é que ele tinha exercido a ação de comando.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Peço desculpa, o Sr. Deputado está a referir-se a antes ou depois do dia 1?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — A afirmação do Sr. General Rovisco Duarte foi a de que foi naquele sábado, portanto, no sábado imediatamente a seguir.

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Desconheço esse facto, mas, como disse — e se houve aqui um mal-entendido, corrijo —, estou sempre à disposição, como estive naquele dia, para ser nomeado ou exonerado, para ir frequentar este curso ou não ir frequentar este curso. Nunca referi explicitamente ao General Chefe do Estado-Maior do Exército, porque ele não é o meu comandante direto, que estava ou não estava, que saía ou não saía, porque ele sabe disso. Por definição da instituição militar, ele sabe disso, assim como eu sei, para os meus comandantes subordinados, que os nomeio para determinada função ou exonero, consoante, enfim, uma série de fatores que podem ou não ocorrer.

Portanto, eu estou à disposição, sempre!



O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas não o disse ao General Chefe do Estado-Maior do Exército...

O Sr. Cor. Eng. **João Paulo de Almeida**: — Disse ao General Chefe do Estado-Maior do Exército, quando ele me ligou, telefonicamente, a dizer o que entendia: «Estou à sua disposição para aquilo que entender que devo ou não fazer e para me colocar no sítio onde entender que eu melhor sirvo o Exército». Isto, disse, telefonicamente, e depois, cara a cara, na segunda-feira, voltei a dizê-lo.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos de hoje.

Resta-me agradecer a presença e o depoimento do Sr. Coronel João Paulo de Almeida e, antes de dar por encerrada esta reunião, quero apenas recordar que, amanhã, pelas 17 horas, procederemos à audição do Sr. Coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins, requerida que foi pelo Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, peço desculpa, pode anunciar a agenda da próxima semana?

O Sr. **Presidente**: — Sim, Sr. Deputado.

Então, antes de concluir, a instâncias do Sr. Deputado Ascenso Simões, quero informar que, na próxima semana, iremos proceder à audição do Sr. Coronel de Infantaria David Teixeira Correia, no dia 30, e do Sr. Tenente-Coronel de Infantaria Pedro Miguel Misseno Marques, no dia 31.

Entretanto, na segunda e na terça-feira há jornadas parlamentares do CDS-PP e, portanto, obviamente, não teremos reunião.

É tudo, Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

*Eram 20 horas e 58 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.